

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO

**ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA: ESTUDO DE CASO-  
UTAD**

**RELATÓRIO PROFISSIONAL CONDUCENTE AO GRAU DE  
MESTRE EM GESTÃO**

**Pedro Hildeberto Marques Borges**

Trabalho efetuado sob a orientação de:  
Prof<sup>ª</sup>. Doutora Carmem Teresa Pereira Leal



**VILA REAL, 2019**



**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E GESTÃO

**RELATÓRIO PROFISSIONAL CONDUCENTE AO GRAU DE  
MESTRE EM GESTÃO**

**Pedro Hildeberto Marques Borges**

Trabalho efetuado sob a orientação de:  
Prof<sup>ª</sup>. Doutora Carmem Teresa Pereira Leal

**Composição do Júri:**

**Professor Doutor Carlos Rui Taveira Madeira**

**Professor Doutor Rui Jorge Rodrigues da Silva**

**Professora Doutora Carmem Teresa Pereira Leal**

**VILA REAL, 2019**



Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do grau de Mestre em Gestão sendo apresentado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.



## **Agradecimentos**

Quero manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste relatório Profissional para a obtenção de Grau de Mestre em Gestão.

Um agradecimento à minha família pelo apoio incondicional, amigos e colegas, pois sem eles não seria possível a concretização de mais uma etapa na minha vida académica.

À orientadora, Professora Doutora Carmem Leal pelos ensinamentos transmitidos, pelo acompanhamento na elaboração deste relatório e disponibilidade para a concretização do mesmo.

Ao Professor Rui Silva, e Pedro Nuno pelo enorme respeito, amizade e por me terem lançado este desafio.

À Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro por me ter facultado o acesso aos seus relatórios de contas.

**A todos, Muito Obrigado!**



## **Resumo**

O presente relatório profissional propõe relatar, de uma forma detalhada, a minha atividade profissional ao longo dos últimos anos, principalmente no período pós-licenciatura.

Considerando que a totalidade do período abrange a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tenta-se com este documento dar a conhecer as experiências adquiridas neste contexto profissional.

Pretende-se ainda realizar uma análise económico financeira do triénio económico 2013-2017 da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro doravante UTAD que é uma entidade para a qual sou trabalhador efetivo.

Relativamente à análise económica financeira pretende-se a realização de um estudo de viabilidade, estabilidade e capacidade da UTAD prestar serviços na sua atividade assim como fazer um prognóstico sobre o seu desempenho futuro.

Para retirar conclusões sobre estado económico-financeiro da UTAD utilizarei alguns indicadores sobre a forma de rácios.

Pretende-se assim, com este relatório, comparar o desempenho económico-financeiro da UTAD no período compreendido entre 2013 e 2017, utilizando-se como fonte de dados o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa.

**Palavras-chave:** UTAD, Análise Económico-Financeira, Rácios, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados.



## **Abstract**

This professional report intends to report in detail the professional activities I took over the past few years, especially in the post-graduate period.

Considering that the entire period covers the University of Trás-os-Montes and Alto Douro, we try to present the experiences acquired in this professional context.

It is also intended to carry out an economic and financial analysis of the economic triennium 2013-2017 of the UTAD henceforth UTAD which is an entity for which I am an effective worker.

In the financial economic analysis I will study the stability and capacity of the UTAD to generate profits provide services as well as make a prognosis about its future performance using ratios.

It is also intended this report to compare the economic and financial performance of UTAD over the last five years, using the balance sheet, income statement and cash flow statement as the data source.

**Keywords:** UTAD, Economic and Financial Analysis, Ratios, Balance, Income Statement.



# Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
Parte I.....	3
1. Percurso Curricular e Profissional.....	5
Parte II.....	13
2. Evolução da Contabilidade Pública em Portugal.....	15
2.3.2. SNC_AP e Prestação de Contas.....	26
3. Evolução da Análise Financeira.....	29
3.1.1. Função Financeira, Análise Financeira e Gestão Financeira.....	30
4. Instrumentos Base da Análise Financeira.....	35
5. Métodos e Técnicas da Análise Financeira.....	45
5.1.1. Rácios Financeiros.....	46
5.1.2. Rácios Económicos.....	47
5.1.3. Rácios Económico-Financeiros.....	48
5.1.4. Rácios de Funcionamento ou Atividade.....	48
5.1.5. Rácios de Liquidez.....	49
5.2.1. Equação Fundamental da Rendibilidade.....	50
Parte III.....	53
6. Análise Económico-Financeira da UTAD 2013-2017: Estudo de Caso.....	55
6.3.1. Informação Institucional.....	56
6.3.2. Visão da UTAD.....	57
6.3.3. Missão da UTAD.....	57
6.3.4. Valores da UTAD.....	58
6.3.5. Objetivos estratégicos da UTAD.....	58
6.3.6. Órgãos da UTAD.....	59
6.4.1. Ativo.....	60
6.4.2. Passivo.....	62
6.4.3. Capital Próprio.....	63
6.4.4. Principais Rubricas de Demonstração de Resultados.....	64
6.4.5. Rácios Financeiros.....	65
6.4.6. Rácios Económicos.....	67
6.4.7. Rácios Económico-Financeiros.....	70

6.4.8. Rádios de Funcionamento ou Atividade .....	70
6.4.9. Rádios de Liquidez.....	71
7. Análise Económico-Financeira: Resultados.....	77
Notas Conclusivas .....	79
Referências Bibliográficas .....	81
Anexos.....	83
Anexo I – Demonstrações Financeiras UTAD - 2013 .....	85
ANEXO II – Demonstrações financeiras UTAD – 2014.....	91
ANEXO III – Demonstrações financeiras UTAD – 2015.....	97
ANEXO IV – Demonstrações financeiras UTAD – 2016 .....	103
ANEXO V – Demonstrações financeiras UTAD – 2017.....	109

## Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura da Gestão de Qualidade da UTAD.....	10
Figura 2 - Estrutura documental do sistema de Gestão da Qualidade.....	11
Figura 3 – Estrutura – Sector Público .....	18
Figura 4 - Os Normativos de referência para os Subsistemas Contabilísticos.....	21
Figura 5 – Subsistemas da contabilidade .....	24
Figura 6 – Controlo de gestão .....	26
Figura 7 - Órgãos da UTAD.....	59
Figura 8 - Solvabilidade Total.....	66
Figura 9 - Endividamento da UTAD 2013-2017.....	67
Figura 10 - Estrutura do Endividamento da UTAD 2013-2017.....	67
Figura 11 - Rendibilidade Operacional das Vendas.....	68
Figura 12 - Rendibilidade Líquida das vendas .....	69
Figura 13 - Rendibilidade do Ativo Total .....	70
Figura 14 - Rácio de Rotação do Ativo.....	71
Figura 15 - Liquidez Geral .....	73
Figura 16 - Liquidez Reduzida .....	74
Figura 17 - Liquidez Imediata.....	75
Figura 18 - Rácios da UTAD 2013-2017 .....	76



## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Síntese da Evolução da Contabilidade Pública em Portugal.....	17
Tabela 2 - Regimes contabilísticos no SNC-AP .....	22
Tabela 3 - Articulação das classes do Plano de Contas com os Subsistemas Contabilísticos .....	22
Tabela 4 - NCP que integram o SNC-AP.....	23
Tabela 5 – Estrutura da recolha de informação.....	27
Tabela 6 – Ativo e Passivo Correntes e Não Correntes .....	37
Tabela 7 – Demonstração de Resultados por Naturezas .....	39
Tabela 8 – Composição dos elementos de Demonstração de Resultados por Naturezas	40
Tabela 9– Importância da informação dos Fluxos de Caixa nos vários níveis de decisão	42
Tabela 10 – Principais Rubricas do Ativo da UTAD .....	61
Tabela 11 – Principais Rubricas do Passivo da UTAD.....	62
Tabela 12 – Principais Rubricas do Capital Próprio da UTAD .....	63
Tabela 13 – Principais Rubricas da Demonstração de Resultados da UTAD 2013-2017	64
Tabela 14 – Rácios Financeiros.....	65
Tabela 15 – Rácios Económicos da UTAD 2013-2017 .....	68
Tabela 16 - Rácio Económico-Financeiro.....	70
Tabela 17 – Rácio de Funcionamento .....	71
Tabela 18 -Rácios de Liquidez.....	72



## **Abreviaturas**

**AF** – Autonomia Financeira

**CNC** – Comissão de Normalização Contabilística

**CRUP** – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

**DACP** – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

**DFC** – Demonstração de Fluxo de Caixa

**DGO** – Direção Geral do Orçamento

**DL** – Decreto-Lei

**DR** – Demonstração de Resultados

**IASB** – International Accounting Standards Board

**LG** – Liquidez Geral

**LI** – Liquidez Imediata

**LR** – Liquidez Reduzida

**MCTES** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**NCP** – Normas da Contabilidade Pública

**POC** – Plano Oficial da Contabilidade

**POCP** – Plano Oficial de Contabilidade Pública

**RA** – Rotação do Ativo

**RAT** – Rendibilidade Ativo Total

**RCP** – Rendibilidade Capitais Próprios

**RE** – Rácio do Endividamento

**REE** – Rácio Estrutura do Endividamento

**RG** – Relatório de Gestão

**ROV** – Rendibilidade Operacional das Vendas

**RV** – Rendibilidade das Vendas

**S3CP** – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas

**SEE** - Setor Empresarial do Estado

**SFP** – Serviços Financeiros e Patrimoniais

**SNC - AP**-Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

**SNC** – Sistema de Normalização Contabilística

**SPA** - Setor Público Administrativo

**SPE** -Setor Público Empresarial

**ST** – Solvabilidade Total

**Uni Leo** – Unidade de Enquadramento Orçamental

**UTAD** – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

## **Introdução**

O presente relatório profissional destina-se à candidatura à obtenção do grau de Mestre em Gestão, ao abrigo da recomendação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e apresenta-se nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março.

Numa primeira etapa, este trabalho destina-se à descrição do percurso profissional e curricular do proponente ao grau, Pedro Hildeberto Marques Borges. Neste capítulo, referente ao período entre 2002 e 2018, irá ser apresentada, detalhadamente, toda a formação e evolução profissional. A atividade profissional relatada neste relatório foi exercida ao serviço da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Em Portugal, o ensino superior encontra-se sob tutela do MCTES, sendo as atividades das instituições de ensino público superior regidas e orientadas pelo mesmo. Assim sendo, o MCTES tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar a política nacional para a ciência, a tecnologia e o ensino superior. Deste modo, compreende a inovação de base científica e tecnológica, as orientações em matéria de repositórios digitais, a computação científica, a difusão da cultura científica e tecnológica e a cooperação científica e tecnológica internacional, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa.

A educação desempenha um papel de extrema importância no futuro do país, sendo preponderante no desenvolvimento, instrução e inserção de qualquer ser humano. A formação dos indivíduos enquanto cidadãos tem-se mostrado primordial no desenvolvimento de sociedades democráticas e pluralistas. Considerando pais, professores, alunos e as próprias instituições de ensino partes integrantes no processo de educação e formação torna-se fundamental que estes quatro vetores funcionem em harmonia, atuando conjuntamente por forma a garantir o sucesso das gerações futuras.

Neste contexto, na segunda etapa deste trabalho será feita uma abordagem teórico-prática sobre a análise económico-financeira, assim como a descrição dos objetivos, objetos, instrumentos, métodos e técnicas utilizadas na mesma. Por último, será elaborado um diagnóstico económico-financeiro da instituição (UTAD) onde o autor deste relatório é colaborador. Esta parte será dedicada à prestação de contas da UTAD e a forma como esta deverá ser apresentada e elaborada. Será explanada também uma explicação mais pormenorizada e prática, dos

principais documentos que a integram: Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido, Demonstrações do fluxo de caixa, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.

Esta análise económico-financeira da UTAD, não visa a capacidade de gerar lucro, refere-se apenas a uma avaliação da viabilidade e estabilidade da instituição, assim como à capacidade de satisfazer os seus utilizadores. A análise englobará um conjunto de instrumentos e métodos que permitirá realizar diagnósticos sobre a situação financeira desta instituição de ensino superior, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

Com o objetivo de estudar a situação económico-financeira recorrer-se-á a alguns indicadores, sendo que os mais utilizados serão aqueles que assumem a forma de rácios. A vantagem da utilização dos rácios não é apenas tornar a informação mais precisa, mas também facilitar comparações, ao longo de um determinado período de tempo. No entanto, convém salientar que os rácios apenas vão constituir um instrumento de análise, devendo ser complementado por outros tantos. Com efeito, a análise de indicadores fornecerá apenas alguns indícios que se irá procurar confirmar através do recurso a outras técnicas.

Para a realização deste relatório foram consultados livros e sítios na internet, bem como relatórios de contas e legislação do MCTES.

A análise financeira que será efetuada aos relatórios de contas da UTAD permitirá perceber, de forma mais pormenorizada, o estado e o desempenho económico-financeiro desta organização no quinquénio compreendido entre 2013-2017.

# Parte I



# **1. Percurso Curricular e Profissional**

Este capítulo passará a descrever todo o percurso curricular e profissional do proponente, desde o término da Licenciatura em Economia, até à presente data onde desempenha as funções de técnico superior nos Serviços Financeiros e Patrimoniais (SFP) da UTAD.

## **1.1. Licenciatura em Economia e estágio de 6 meses**

Entre os anos de 1998 e 2002, o autor frequentou e concluiu a Licenciatura em Economia, licenciatura essa que se revelou extremamente importante para a sua vida profissional e pessoal. A realização da licenciatura e estágio nesta mesma instituição permitiu aprofundar conhecimentos científicos, acompanhado de professores competentes, disponíveis e com provas dadas. A licenciatura privilegia o desenvolvimento de competências técnicas e de análise crítica. Neste sentido, contribuiu para a melhoria da capacidade de resolução de problemas e adaptação a novas situações, quer através do trabalho autónomo, quer do trabalho de grupo.

## **1.2. Pós-graduação em Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade na Universidade Lusíada**

Durante o ano letivo de 2003/2004, frequentou a Pós-graduação em Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade na universidade Lusíada na cidade do Porto com o objetivo de melhorar o nível de conhecimento nas três áreas em questão: contabilidade, auditoria e fiscalidade. Essa pós-graduação tem um vasto programa, com grande interesse para o enriquecimento na sua vertente profissional, contando com Unidades Curriculares como:

- Contabilidade Empresarial;
- Direito das Sociedades;
- Sistema fiscal Português IRS;
- Sistema fiscal Português IRC;
- Sistema fiscal Português IVA;
- Tributação Aplicada aos Produtos Financeiros;
- Direito Fiscal Internacional;
- Auditoria e Revisão de Contas;
- Auditoria Fiscal;

- Garantias dos Contribuintes no Procedimento Tributário.

Este conjunto de Unidades Curriculares foi uma mais-valia para a sua vida profissional e pessoal na medida em que trouxe um nível de conhecimento mais elevado que facilitou a interpretação e ajudou a ultrapassar vários tipos de situações e realidades.

### **1.3. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 2002/2009**

Entre 14 de Outubro de 2002 e 31 de maio de 2009 o autor prestou serviços à UTAD nos Serviços Financeiros e Patrimoniais (SFP) no Setor Tesouraria. Coincidindo o início da sua atividade com a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e com a integração do software Gestão Integrada Administrativa e Financeira (GIAF) no SFP.

A tarefa desenvolvida tinha como objetivo geral garantir uma eficiente previsão, otimização e controlo de todos os pagamentos e todos os recebimentos, no sentido da minimização dos riscos de carência e detenção de liquidez. As funções principais assentam na salvaguarda de valores, garantindo os seguintes objetivos:

- Validar a documentação de suporte;
- Identificar verbas depositadas por transferência bancaria;
- Recolher e verificar as assinaturas obrigatórias, designadamente nos cheques e transferências bancarias;
- Efetuar os pagamentos autorizados;
- Garantir a boa cobrança de fatura;
- Registrar todos os pagamentos efetuados;
- Verificar, conferir e arrecadar todos os recebimentos;
- Efetuar todos os depósitos, quase sempre diariamente;
- Registrar todos os recebimentos;
- Elaborar o diário de caixa dos valores de entradas e saídas;
- Administrar o fundo de maneiio;
- Fornecer informação atempada e atualizada dos serviços competentes das entradas e saídas;
- Arquivar a documentação de suporte das operações efetuadas pela tesouraria, em conformidade com as normas institucionalizadas.
- Garantir a elaboração das reconciliações bancarias;

- Garantir que o mapa de unidade de tesouraria seja corretamente preenchido;
- Controlar a evolução dos projetos ao nível dos pagamentos e recebimentos.

Gerir uma tesouraria significa controlar e prever todas as entradas e saídas de meios monetários, devendo-se gerir de forma otimizada todos os pagamentos e recebimentos da instituição, o que, no limite, corresponde à minimização dos custos associados aos riscos de carência e de detenção de liquidez.

A Tesouraria deverá efetuar uma eficiente previsão, otimização e controlo de todos os pagamentos e de todos os recebimentos, sejam em numerário, cheque, multibanco, transferência bancária, SIBS, ou outros meios. Todos os outros procedimentos contabilísticos, anteriores e posteriores, não são função da tesouraria, mas sim do setor de contabilidade.

#### **1.4. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 2009/2018**

A 1 de junho de 2009 estabeleceu contrato a termo indeterminado com a UTAD onde passou a exercer funções não só no setor da tesouraria, mas também no setor da contabilidade, nomeadamente na prestação de informações financeiras tanto internas como externas, contribuindo para que uma competente administração financeira seja posta em prática.

A administração financeira deve ocupar uma condição de destaque e prioridade nas instituições. Assim, como as instituições podem caminhar mais intensamente para o sucesso com uma boa administração financeira, a ausência ou má execução dessa atividade pode representar a decadência de uma instituição.

As responsabilidades do autor estenderam-se à gestão orçamental, à auditoria e ao controlo interno dos meios financeiros. Como colaborador observou, recolheu, registou, analisou e comunicou todos os factos e números importantes relativos às contas da instituição para a qual elaborou a contabilidade.

Algumas das principais responsabilidades a cargo do autor deste trabalho são:

- Organizar, arquivar, classificar e registar documentos;
- Efetuar lançamentos contabilísticos no programa informático;
- Realizar reconciliações bancárias;
- Fiscalidade corrente: declaração do IVA,
- Estabelecimento das declarações fiscais e sociais;
- Gestão e acompanhamento da tesouraria;

- Cobrança dos clientes;
- Preparação dos estados contabilísticos e financeiros anuais: Interpretar Balanços, Balancetes e Demonstrações de Resultados.
- Garantir que a informação orçamental e financeira seja prestada não só ao nível da administração, mas também ao nível de tribunal de contas e das plataformas da Direção Geral do Orçamento.

Para poder desempenhar funções a este nível teve de aprofundar conhecimentos na área da contabilidade pública em Portugal.

### **1.5. Processo económico-financeiro 2013**

Em 2013 foi nomeado gestor no processo Económico-financeiro, no exercício da implementação da Política da Qualidade nos serviços da UTAD.

Existem vários modelos de gestão da Qualidade. O modelo da família das ISO 9000 pode ser aplicado pelas entidades privadas, mas também, pelos organismos públicos. O projeto de implementação de um “Sistema de Gestão da Qualidade” nos Serviços da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem como principal objetivo a certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2015.

As normas de sistemas de gestão da Qualidade da família ISO 9000 estão baseadas em oito princípios de gestão da qualidade:

- Focalização no cliente;
- Liderança;
- Envolvimento das pessoas;
- Abordagem por processos;
- Abordagem da gestão como um sistema;
- Melhoria contínua;
- Abordagem à tomada de decisões baseada em factos;
- Relações mutuamente benéficas com fornecedores.

A Administração Pública é, em Portugal bem como em todos os países desenvolvidos, o sector económico que apresenta maior oferta de bens e serviços aos cidadãos. Como tal, este é o sector que mais atenção deve dedicar às questões da Qualidade, sobretudo ao nível do grau de satisfação dos seus clientes. Os cidadãos têm a legítima expectativa de que existam mecanismos

rigorosos de avaliação dos serviços prestados, com o fim último de aferirem se os recursos são usados adequadamente e em benefício do desenvolvimento coletivo. Demonstrar que isto acontece é, em última análise, parte integrante da missão da Administração Pública.

O desenvolvimento de um “Sistema de Gestão da Qualidade” requer a identificação de alguns pontos essenciais, nomeadamente:

- Satisfação dos clientes;
- Eficiência na prestação do serviço;
- Prevenção dos problemas, erros e deficiências;
- Empenhamento dos dirigentes;
- Liderança ativa;
- Trabalho bem feito à primeira;
- Motivação dos funcionários;
- Conhecimento por parte de todos das exigências dos clientes;
- Trabalho em equipa, incluindo dirigentes, colaboradores e clientes;
- Planeamento a longo prazo;
- Melhoria do serviço.

A implementação do sistema de qualidade é baseada em processos que são compostos por instruções de trabalho e procedimentos que são introduzidos no software Uebe.Q.

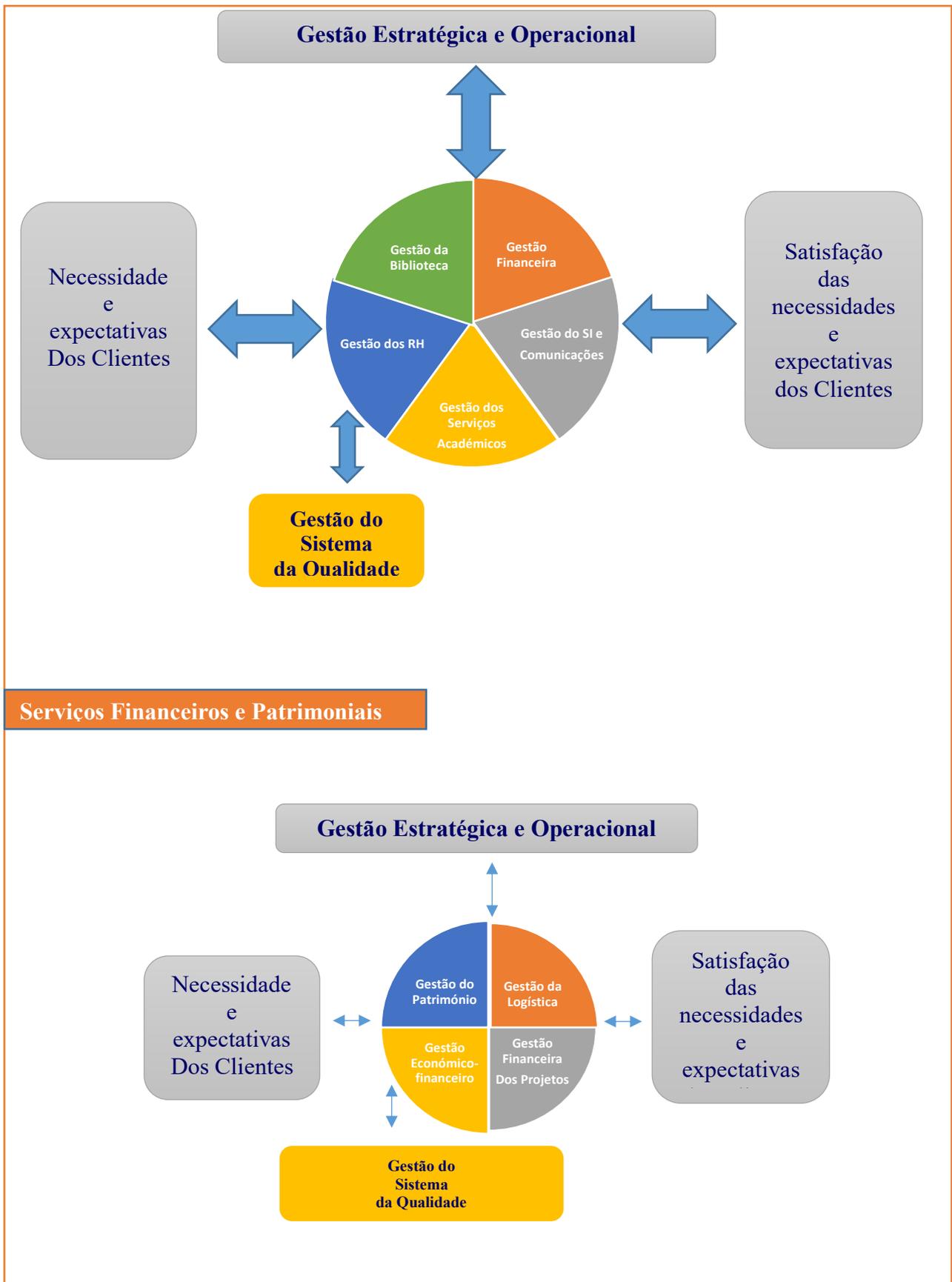
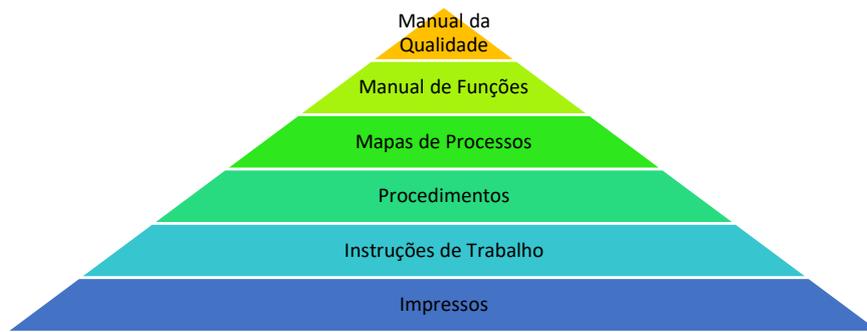


FIGURA 1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DE QUALIDADE DA UTAD

Fonte: Elaboração própria, adaptado de NP EN ISO 9001:2015



**FIGURA 2 - ESTRUTURA DOCUMENTAL DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE**

Fonte: Adaptado de NP EN ISO 9001:2015

O processo de Qualidade é um processo que está em fase inicial de implementação, e questiona-se para o efeito a contratação de uma empresa de consultadoria, pois depara-se com diversas dificuldades que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Dificuldade de interpretação da norma;
- Falta de formação;
- Falta de esclarecimento;
- Durabilidade do processo de implementação;
- Falta de informação;
- Falta de empenho;
- Falta de motivação.

O sucesso de uma política de Qualidade depende do empenho dos dirigentes e colaboradores de qualquer entidade, o qual se traduz em ações concretas enraizando-se nas atitudes e nos comportamentos. Este é o compromisso público, assumir a responsabilidade de garantir que a política de qualidade seja promulgada, compreendida, implementada e mantida.

A política da qualidade associada a um sistema de contabilidade eficaz permitirá que qualquer entidade tenha sucesso no futuro.



# Parte II



## **2. Evolução da Contabilidade Pública em Portugal**

A crescente globalização da economia mundial originou, ao longo dos últimos anos, alterações significativas na contabilidade pública.

Aos organismos públicos era aplicado o habitual sistema de informação contabilística caracterizado por disponibilizar informação escassa e de carácter eminentemente orçamental, inviabilizando um controlo assertivo dos gastos públicos. Simultaneamente, a preocupação essencial da contabilidade pública tradicional era em exclusivo a prestação de contas e controlo da licitude.

A administração pública portuguesa, face às necessidades de modernização sentidas incrementou o aparecimento de novas técnicas de gestão que tiveram reflexo na contabilidade pública. Assim, deixou de ser praticada uma contabilidade exclusivamente orçamental e implementaram-se as contabilidades de gestão e financeira dando origem a uma moderna e revolucionária contabilidade pública.

Deste modo, a contabilidade pública em Portugal assume um novo formato, passando objetivamente a facilitar a tomada de decisão dos diversos utilizadores, fornecendo informações de carácter económico, financeiro e de gestão.

Neste capítulo pretende-se destacar as principais reformas na contabilidade pública desde a implementação da República, em 1910, até à normativa SNC-AP que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

### **2.1. Antecedentes do SNC-AP**

Com a implementação da República, em 1910, aprovaram-se inúmeras leis que permitiram estabelecer princípios para a contabilidade pública com o intuito de a tornar mais homogénea e elevar a níveis dos países europeus mais desenvolvidos. Até aqui, o modelo de contabilidade meramente orçamental e processado pelo método unigráfico eram as principais características da contabilidade pública portuguesa.

Com o fim do regime de ditadura que vigorou em Portugal até 1974, surgiram profundas alterações no setor público nacional. No entanto, a contabilidade pública manteve o mesmo fim, exceção feita ao nível que era exigido na informação que era divulgada nas informações financeiras.

Em 1986, Portugal integra a lista de países que fazem parte da União Europeia, prevendo-se assim uma reforma na contabilidade pública para a tornar semelhante à dos restantes estados membros, nomeadamente dos mais desenvolvidos. No entanto, não houve alterações imediatas neste domínio em Portugal.

Nos anos 90, sentiu-se a necessidade de aproximar o sistema português de contabilidade pública em vigor ao sistema utilizado no sector privado. Este último tinha sofrido alterações em 1989 decorrentes da alteração do Plano Oficial de Contas (POC), aprovado pelo DL n° 410/89, de 21 de novembro, por necessidade de adaptação à legislação comunitária (Santos & Saraiva, 2016). Assim, foram publicados diversos diplomas, começando com a publicação da Lei n° 8/90, de 20 de fevereiro – Lei de Bases da Contabilidade Pública, que vem estabelecer as bases contabilísticas e os regimes que passam a ser aplicados à administração financeira do Estado. Seguiu-se a Lei n°6/91, de 20 de fevereiro - Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, visa esclarecer as regras referentes ao orçamento do Estado, responsabilidade orçamental e antevê a criação de uma nova conta geral do Estado.

A 28 de julho de 1992 é publicado o DL n°155 – Regime de Administração Financeira do Estado. Este diploma assume especial destaque, pois nele são publicadas as regras que passam a definir o novo regime da Administração Financeira do Estado, nomeadamente:

- Introdução da contabilidade de compromissos (registo de encargos e obrigações);
- Obrigatoriedade de registar os contratos celebrados bem como o seu cabimento;
- A contabilidade analítica assume um papel de maior importância. Os serviços e organismos autónomos devem utilizar um sistema contabilístico enquadrado no Plano Oficial de Contabilidade.

Perante a publicação destes diplomas passam a estar reunidas condições que permitem introduzir novos sistemas contabilísticos nos diversos setores públicos, possibilitando a criação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo DL n°232/97, de 3 de setembro.

A evolução culminou em 2015 com a publicação do Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública (SNC-AP), regulamentado pelo DL 192/2015, de 11 de setembro.

A tabela 1 mostra, de forma sucinta, a evolução da contabilidade pública em Portugal desde a instauração do regime democrático.

**TABELA 1 - SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA EM PORTUGAL**

Datas	Estado da contabilidade pública em Portugal
<b>Até 1974</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A contabilidade Pública era meramente orçamental;</li> <li>➤ Preocupação com despesa públicas, cumprimento do orçamento e da lei;</li> <li>➤ Unigrafia;</li> <li>➤ Sistema de base de caixa modificado</li> </ul>
<b>De 1974 a 1989</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Com a entrada na CEE verificaram-se grandes mudanças no setor público e passaram a existir cada vez mais estímulos de inovação por parte dos respetivos estados membros;</li> <li>➤ Foi criado o primeiro programa oficial de contabilidade;</li> <li>➤ Criação do inventário geral do Estado;</li> <li>➤ Foi implementado a classificação económica das receitas e de despesas públicas.</li> </ul>
<b>De 1990 a 1992</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação da Lei das Bases da Contabilidade Publica;</li> <li>➤ Lei do Enquadramento Orçamental;</li> <li>➤ Criação do Regime de Administração e Financiamento do Estado.</li> </ul>
<b>De 1993 a 1996</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Queda da RAPE por falha de cumprimento de objetivos e não resposta a determinadas funções;</li> <li>➤ Baseado no POC de 1989 foram criados e aprovados planos setoriais adaptados à administração pública;</li> <li>➤ Criação de uma estrutura de missão para levar a cabo o desenvolvimento do POCP.</li> </ul>
<b>De 1997 a 2015</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aprovação e implementação do POCP e dos planos setoriais;</li> </ul>
<b>A partir de 2015</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aprovação e implementação do SNC-AP</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Caiado (2006)

## **2.2. Implementação do POCP**

O sector público em Portugal agrupa-se em dois subsectores, o Sector Público Administrativo (SPA) e o Sector Empresarial do Estado (SEE) também denominado por Sector Público Empresarial (SPE).

Assim, considera-se que o SPA engloba as entidade e serviços da Administração Central, Local e Regional e ainda a Segurança Social e os Fundos Autónomos, por sua vez, o SPE ou SEE integra as empresas públicas, municipais e as sociedades cujos capitais são, exclusivamente ou maioritariamente, públicos. Este segundo subsector assenta numa lógica de mercado adotando

as regras de contabilidade das entidades privadas, enquanto o primeiro apresenta uma classificação jurídico-institucional das entidades do Estado, cujas contas são expostas numa ótica da contabilidade pública (Pereira,2016).

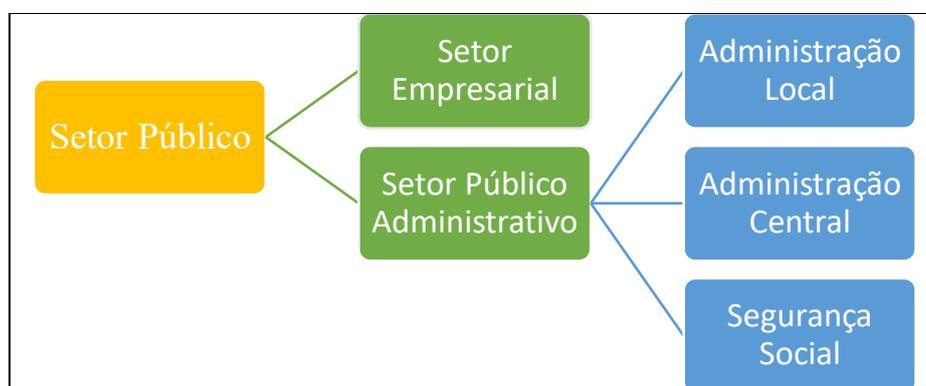


FIGURA 3 – ESTRUTURA – SECTOR PÚBLICO

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

No âmbito geral, a informação contabilística visa fornecer informação de natureza económica e financeira a utilizadores internos e externos à entidade. Por sua vez no setor público, a informação contabilística tem como objetivo fornecer informação sobre a posição financeira, desempenhos e fluxos de caixa da entidade. Estas informações mostram-se fundamentais na tomada de decisão e permitem que as entidades demonstrem ser responsáveis na aplicação dos recursos que lhe são confiados (International Public Sector Accounting Standards, 2001).

A aprovação do POCP foi um passo fundamental na reforma da administração financeira e das contas públicas mostrando ser um instrumento indispensável para dotar o estado de um sistema de contas adequado às necessidades de uma administração pública contemporânea. No entanto, embora tenha colmatado lacunas reconhecidas na contabilidade pública obrigando à implementação de um sistema integrado de contabilidade orçamental, patrimonial e analítica (Teixeira, 2016) este começa a mostrar-se fragmentado e inconsistente como é reconhecido no preâmbulo do DL 192/2015, de 11 de setembro. Neste diploma é reconhecida a necessidade de mudança dando-se início à conceção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **2.3. Implementação do SNC-AP**

A necessidade de um normativo nacional que se adaptasse às normas internacionais aliado à aplicação incompleta do POCP, a revogação do POC (normativo base do POCP), a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) no setor privado e empresas públicas, fez com que a informação contabilística no SPA fosse ficando desatualizada, fragmentada e inconsistente com a restante normalização contabilística, nacional e internacional.

Face às lacunas existentes surgiu a necessidade de se dispor de um sistema contabilístico capaz de responder às exigências relacionadas com o planeamento, relato e controlo financeiro. Assim, encarregou-se a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), através do DL n.º134/2012, de 29 de junho, de preparar um novo sistema para as administrações públicas, a fim de se tornar consistente com o SNC e com as IPSAS. Como resultado, surge em 2015 o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Inicialmente previa-se que a entrada em vigor do SNC-AP fosse no início de 2017, contudo, o DL 85/2016, de 21 de dezembro vem adiar a adoção do SNC-AP para 1 de janeiro de 2018.

O SNC-AP passa a permitir implementar a base do acréscimo na contabilidade e relato financeiro da administração pública, homogeneizando os processos e aumentando a credibilidade da consolidação das contas.

Este normativo, à semelhança do POCP, obriga à implementação de três subsistemas contabilísticos, contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

A contabilidade orçamental visa a obtenção de um registo pormenorizado do processo orçamental, enquanto a contabilidade financeira faz o registo das transações e outros eventos que afetem a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Por sua vez, a contabilidade de gestão avalia os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização de políticas públicas bem como o cumprimento dos objetivos no que diz respeito aos serviços a prestar aos cidadãos (art.º 3º, n.º 2,3 e 4 do DL 192/2015).

O SNC-AP é parte integrante de uma estrutura conceptual da informação financeira pública que não existia no anterior normativo e nos seus planos setoriais, como as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional (Meireis,2016). É também objetivo do SNC-AP, constituir-se, como uma ferramenta de gestão perspetivando alterar o modo de gestão das entidades da administração pública. De acordo com o art.º 6º n.º1 do DL 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP ostenta as seguintes finalidades:

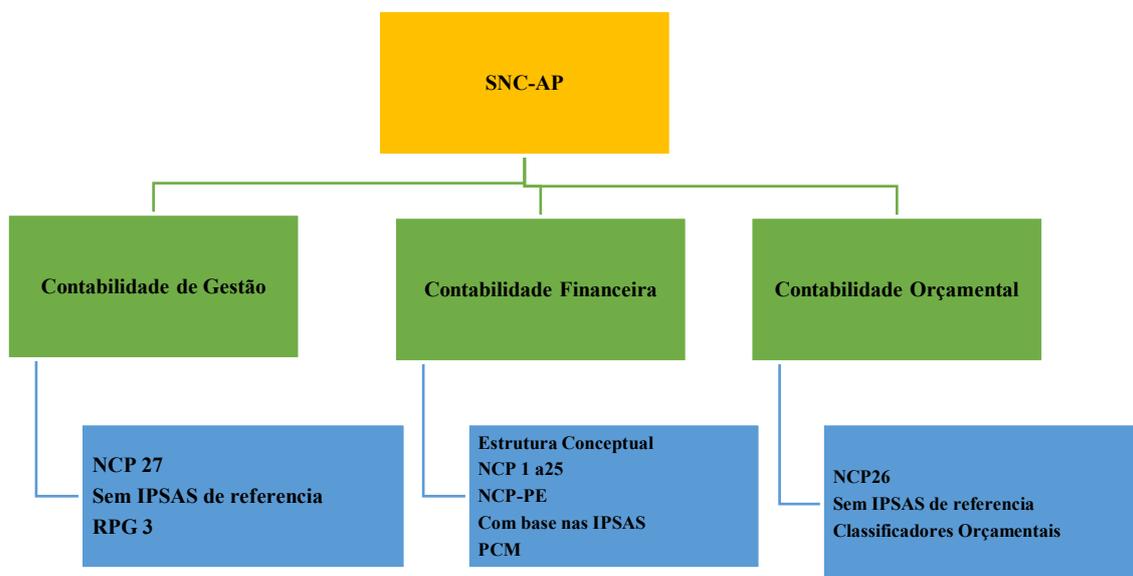
- Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental, permitindo ainda uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos e a informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos, proporcionando a informação útil para efeitos de tomada de decisão.

Com a entrada em vigor deste novo normativo e de acordo com o, DL 192/2015 art.º 13º ponto 1, prevê-se que sempre que existam lacunas relativas à não contemplação do tratamento contabilístico de determinada transação, atividade ou circunstância, sejam aplicadas as seguintes normas pela seguinte ordem:

- As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- O SNC;
- As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB (Internacional Accounting Standards Board).

Este normativo aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não sejam detentores de natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, ou seja, aquelas que independentemente da sua forma tenham sido incluídas nos subsetores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas. O SNC-AP não é aplicável às empresas públicas reclassificadas com valores admitidos à negociação em mercado regulamentado, exceto no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental, como expresso no art.º 3º do DL 192/2015. O SNC – AP, expõe um conjunto de 27 normas de contabilidade pública (NCP'S) que compreendem um agrupamento de regras que visam regulamentar os procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional, encontrando-se repartidas da seguinte forma, pelos três subsistemas contabilísticos obrigatórios como demonstrado pela figura 4.

Importa ainda salientar que compete à CNC avaliar e dar resposta a quaisquer questões relativas ao SNC-AP que lhe venham a ser colocadas pelas entidades públicas.



**FIGURA 4 - OS NORMATIVOS DE REFERÊNCIA PARA OS SUBSISTEMAS CONTABILÍSTICOS**

Fonte: Elaboração Própria

Contudo, destaca-se que, de acordo com o previsto no art.º 5º do DL 192/2015, “as entidades de menor dimensão e risco orçamental podem beneficiar de um regime simplificado de contabilidade pública, nos termos a definir em diploma próprio”, regime esse instituído pela Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto. De acordo com esta, o regime simplificado aplicasse às entidades de menor dimensão e risco orçamental. Assim, o regime simplificado contempla dois grupos de entidades públicas, as pequenas e as micro entidades, definidos em função da relevância da sua execução orçamental, ficando sujeitos a obrigações reduzidas face ao regime geral do SNC-AP, no que se refere à contabilização de transações e outros acontecimentos, bem como em relação ao seu relato.

Na tabela 2 são apresentados os três regimes conjecturados, (Regime geral, Regime simplificado e micro entidades), salienta-se a obrigatoriedade, ou não, da aplicação dos três subsistemas previstos no SNC-AP, bem como as respetivas Normas de Contabilidade Pública.

**TABELA 2 - REGIMES CONTABILÍSTICOS NO SNC-AP**

<b>Despesa Global orçamental paga nas duas últimas prestações de contas</b>	<b>Regime contabilístico</b>	<b>Instrumentos</b>
<b>&lt;= €1.000.000</b>	Simplificado – micro entidade	NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental Divulgação do inventário do património
<b>&gt; € 1.000.000 e &lt;= € 5.000.000</b>	Simplificado – pequenas entidades	NCP –PE NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental NCP 27 – Contabilidade de Gestão PCM
<b>&gt; € 5.000.000</b>	Regime geral	Estrutura Conceptual Norma de Contabilidade Pública PCM

Fonte: Adaptado SNC-AP

Assim, é possível fundamentar que o plano de contas multidimensional (PCM) é um elemento primordial da contabilidade pública e do SNC-AP, assegurando a classificação, registo e relato das transações e acontecimentos de uma forma normalizada, sistemática e coerente (Ribeiro, 2016).

À semelhança do POCP e dos seus planos setoriais, este novo normativo também apresenta as classes de um plano de contas que se articulam com os subsistemas contabilísticos da seguinte forma:

**TABELA 3 - ARTICULAÇÃO DAS CLASSES DO PLANO DE CONTAS COM OS SUBSISTEMAS CONTABILÍSTICOS**

<b>Subsistemas Contabilísticos</b>	<b>Classes</b>
<b>Contabilidade Orçamental</b>	Classe 0
<b>Contabilidade Patrimonial/Financeira</b>	Classe 1 a 8
<b>Contabilidade Analítica/Gestão</b>	Classe 9 (livre para a contabilidade analítica ou de Gestão)

Fonte: Elaboração própria

No que concerne às Normas de Contabilidade Pública estas são apresentadas de forma sucinta na tabela seguinte.

TABELA 4 - NCP QUE INTEGRAM O SNC-AP

<b>Normas de Contabilidade Publica</b>	
<b>NCP 1</b>	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
<b>NCP 2</b>	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
<b>NCP 3</b>	Ativos Intangíveis
<b>NCP 4</b>	Acordos de Concessão de Serviços
<b>NCP 5</b>	Ativos Fixos Tangíveis
<b>NCP 6</b>	Loações
<b>NCP 7</b>	Custos de Empréstimos Obtidos
<b>NCP 8</b>	Propriedades de Investimento
<b>NCP 9</b>	Imparidade de Ativos
<b>NCP 10</b>	Inventários
<b>NCP 11</b>	Agricultura
<b>NCP 12</b>	Contratos de Construção
<b>NCP 13</b>	Rendimento de Transações com Contraprestação
<b>NCP 14</b>	Rendimento de Transações sem Contraprestação
<b>NCP 15</b>	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
<b>NCP 16</b>	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
<b>NCP 17</b>	Acontecimentos Após a Data de Relato
<b>NCP 18</b>	Instrumentos Financeiros
<b>NCP 19</b>	Benefícios dos Empregados
<b>NCP 20</b>	Divulgações de Partes Relacionadas
<b>NCP 21</b>	Demonstrações Financeiras Separadas
<b>NCP 22</b>	Demonstrações Financeiras Consolidadas
<b>NCP 23</b>	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
<b>NCP 24</b>	Acordos Conjuntos
<b>NCP 25</b>	Relato por Segmentos
<b>NCP 26</b>	Contabilidade e Relato orçamental
<b>NCP 27</b>	Contabilidade de Gestão

Fonte: Adaptado de SNC

Estas grandes alterações foram contribuindo para uma melhor e maior consistência e normalização do sistema contabilístico em Portugal, colocando-nos a par dos grandes países europeus industrializados.

### 2.3.1. Os subsistemas da contabilidade: Financeira, Orçamental e de Gestão

Com o SNC-AP os sistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão passam a ser apresentados de uma forma integrada:



FIGURA 5 – SUBSISTEMAS DA CONTABILIDADE

Fonte: Elaboração própria

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. Tem como principal objetivo abrir e acompanhar a execução do orçamento de determinada entidade pública, permitindo verificar se as entidades públicas estão a aplicar os seus meios financeiros de acordo com o orçamento aprovado em orçamento de estado para as mesmas. O orçamento é o documento, durante o ano civil, que permite previsão das receitas e autorização de despesas.

As entidades públicas preparam e tornam público os seus orçamentos, após aprovação pela correspondente tutela. Esse orçamento deve informar os interessados do seu plano operacional para o ano civil seguinte, sobretudo as suas necessidades de financiamento e os objetivos e expectativas de serviço. Estabelece ainda a competência para realização de despesas.

A contabilidade orçamental permite relatar a abertura do orçamento inicial e refletir as diferentes fases da execução orçamental quer da receita quer da despesa. Reflete ainda as propostas de modificação do orçamento, principalmente no lado do orçamento da despesa, mas também na receita.

Segundo o *International Public Sector Accounting Standards Board*, a contabilidade financeira, que tem como base as normas internacionais de contabilidade pública (IPSAS), permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma determinada entidade. Tem como principais objetivos o apuramento das reações de terceiros, do resultado do período e do valor do património da entidade, tendo como

base o balanço. E como já foi dito, para tal tem em consideração a elaboração das demonstrações financeiras: balanço, a demonstração por natureza, demonstração da alteração do património líquido e demonstração de fluxo de caixa.

É uma contabilidade baseada em acontecimentos passados da entidade, visto que todos os lançamentos contabilísticos pressupõem a existência de documentos, por exemplo a uma venda corresponde uma fatura, que posteriormente se vai refletir nas demonstrações financeiras. Assim, na demonstração de resultados tem-se os rendimentos e gastos relativamente à venda, e no balanço, tem-se as alterações do ativo, quer no inventário quer na conta de clientes e depósitos bancários se for a pronto pagamento.

Estes resultados são apresentados na ótica global, isto é, a entidade pode ter quatro ou cinco atividades, o resultado será apresentado na globalidade, independentemente de ser mais ou menos eficiente numa área ou outra.

Embora seja obrigatória, a contabilidade de gestão não está a ser aplicada em quase nenhuma entidade pública, devido à sua complexidade, mas seria um instrumento útil para o apuramento e análise de outras áreas da entidade, como a área administrativa, de aprovisionamento, etc. (Teixeira, 2016).

A contabilidade de gestão não está apenas vocacionada para factos ocorridos, e que permitem o apuramento e análise do custo incorrido, mas também para a precisão dos custos a incorrer, auxiliando a tomada de decisões a todos os níveis da entidade.

A contabilidade de gestão tem como base a contabilidade financeira, nomeadamente os custos e rendimentos. Esta contabilidade mais do que basear-se em custos históricos incorridos pela entidade, permite também previsões relativamente a custos futuros. É neste momento que a contabilidade de gestão dá um especial contributo à gestão orçamental.

O controlo de gestão, demonstrado na figura 6, permite apurar e analisar os desvios verificados entre os custos previstos e os custos efetivamente incorridos. Sendo assim, este tipo de análise vai originar com que se faça uma revisão do planeamento efetuado de forma a retificar ações futuras:



**FIGURA 6 – CONTROLO DE GESTÃO**

Fonte: Elaboração própria

A contabilidade de gestão vem por sua vez permite avaliar o resultado das atividades e determinados projetos que contribuem para a implementação de políticas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

### **2.3.2. SNC\_AP E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Com o SNC-AP a integração de informação orçamental passa a ser recolhida pelo Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas (S3CP).

A Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (Uni Leo), com base na circular serie A, nº 1381 da DGO, elaborou uma norma técnica que divulga instruções destinadas a todas as entidades das administrações públicas abrangidas pela aplicação do SNC-AP.

A estrutura da recolha de informação, que será identificada seguidamente, passa a ser feita no S3CP, outrora feita no SIGO.

TABELA 5 – ESTRUTURA DA RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Nº	Descrição curta	Descrição longa	Periodicidade
1	CPLC	Correspondência entre o plano de contas local e o plano de contas central	Sempre que necessário*
2	BA	Balancete da contabilidade orçamental (classe 0)	Diária* / Semanal
2	BA	Balancete da contabilidade orçamental e financeira (classes 0 à 8)	Mensal
3	DDORC	Demonstração do desempenho orçamental	Diária* / Semanal / Mensal
4	DOREC	Demonstração de execução orçamental da receita	Diária* / Semanal / Mensal
5	DODES	Demonstração de execução orçamental da despesa	Diária* / Semanal / Mensal
6	DTAS	Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	Mensal
7	BLC	Balanço	Mensal
8	DR	Demonstração dos resultados por natureza	Mensal
9	DAPL	Demonstração das alterações no património líquido	Mensal
10	DFC	Demonstração de fluxos de caixa	Mensal
11	EC	Encargos contratuais	Mensal
12	AI	Ativos intangíveis	Trimestral
12 A	AI – A	Ativos intangíveis – Desagregação das adições	Trimestral
12 B	AI – D	Ativos intangíveis – Desagregação das diminuições	Trimestral
13	AFT	Ativos fixos tangíveis	
13 A	AFT – A	Ativos fixos tangíveis - Desagregação das adições	Trimestral
13 B	AFT – D	Ativos fixos tangíveis - Desagregação das diminuições	Trimestral
14	PI	Propriedades de investimento	Trimestral
14 A	PI – A	Propriedades de investimento - Desagregação das adições	Trimestral
14 B	PI – D	Propriedades de investimento - Desagregação das diminuições	Trimestral
15	DPPI	Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos	Mensal

Fonte: adaptado SNC-AP

\* Deverá ser enviado no mínimo uma vez por ano e, dentro do ano, sempre que necessário, ou seja, sempre que exista uma alteração ao plano de contas local ou à correspondência com o plano de contas central.

A informação prevista nas estruturas de recolha acima referidas será objeto de validação aquando da integração no Portal S3CP, ficando o resultado da mesma disponível para consulta por parte da entidade prestadora de informação.

O envio da informação prevista nas estruturas de recolha acima referidas deverá ser efetuado através de *webservices*, podendo, em casos excecionais, fazer-se através do Portal S3CP.

A DGO tem como principal função regular e controlar o processo orçamental, estabelecer os instrumentos de controlo das finanças públicas, avaliar a evolução dos principais agregados das contas públicas, propor medidas que garantam o cumprimento dos objetivos orçamentais, garantir a tempestividade da informação da execução orçamental e participar na preparação da programação financeira plurianual da UE.

A DGO é reconhecida como a entidade que assegura de forma eficiente e transparente a estabilidade e a sustentabilidade das finanças públicas.

A propósito sugere também que no relatório de gestão se faça algumas análises das informações de desempenho, para que os utilizadores possam avaliar extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomada de decisões. Dever-se-ia ter em conta dois tipos de indicadores:

- Indicadores económicos- financeiros:
  - Liquidez, rentabilidade, atividade e estrutura financeira;
- Indicadores orçamentais:
  - Grau de Execução Orçamental (Receita e Despesa); Receita e despesa efetiva, Estrutura da receita efetiva e despesa efetiva; Saldo corrente; saldo de capital, Saldo primário e saldo global.

Para o autor deste relatório, à semelhança das entidades privadas dever-se-ia dar mais importância aos indicadores económico-financeiros, na medida em que podem ser instrumentos muito úteis no apoio à tomada de decisão. Por isso, é que cada vez mais as entidades públicas deveriam avaliar e analisar esses mesmos indicadores na medida em que constituem um objeto essencial de comunicação entre a entidade e o meio envolvente. Nos pontos seguintes vai-se analisar a importância da análise económica numa entidade e no seu futuro.

### **3. Evolução da Análise Financeira**

Martins (2002) considera que a Análise Financeira de uma entidade corresponde a um retrato fotográfico da mesma, numa perspetiva de evolução temporal, detetando pontos fortes e fracos e medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detetadas.

Na década de 80 com a crescente importância dada às emissões de títulos no financiamento das entidades e, conseqüente relevância da gestão de tesouraria, bem como das variáveis financeiras e que aumentou os riscos financeiros a que as entidades estavam expostas, iniciou-se uma revolução financeira. Todos estes fatores levaram ao aumento do número de organizações que emitiam pareceres sobre a situação financeira das entidades, deixando essa função de ser exercida somente pela banca, mas passando também a sê-lo pelas entidades de auditoria que foram surgindo.

Toda esta evolução levou à alteração da gestão das próprias entidades, questionando os tradicionais instrumentos de análise financeira (rácios/fundo de maneio), de forma a enriquece-los. Assim, e à medida que a análise financeira foi evoluindo, tornou-se mais evidente que não se tratava de uma ciência exata, ou seja, não existia uma única forma de analisar a situação financeira das entidades.

#### **3.1. Objeto e Objetivos da Análise Financeira**

A maximização do lucro é o maior desafio de qualquer entidade, e como tal, todos os indicadores que lhe facultem essa informação têm de ser tidos em consideração.

A análise financeira surge então, como forma de elaborar um diagnóstico do estado económico / financeiro da entidade, tornando-se fundamental perceber a que tipo de organização deve ser aplicado, uma vez que estas existem sob diversos tipos, nomeadamente por que número de pessoas são constituídas, sob que tutela / autoridade estão, isto é, com que funções, planeamento, liderança, controlo, e atuação em determinado contexto, quais os seus objetivos. (Fernandes *et. al.*, 2012).

### 3.1.1. FUNÇÃO FINANCEIRA, ANÁLISE FINANCEIRA E GESTÃO FINANCEIRA

São seis, as mais importantes funções com que estão organizadas as entidades, nomeadamente a função de produção, a função comercial, a função de recursos humanos, a função administrativa, a função executiva e a função financeira.

A **Função Financeira** integra todas as tarefas ligadas à obtenção, utilização e controlo de recursos financeiros de forma a garantir, por um lado a estabilidade das operações da organização e por outro lado a rentabilidade dos recursos nela aplicada. (Fernandes *et. al.*, 2012).

Podem ser consideradas como pertencentes à função financeira as seguintes atividades:

- A determinação da necessidade de recursos financeiros;
- A obtenção de financiamento;
- A aplicação criteriosa dos recursos financeiros;
- A análise económica / financeira;
- A análise da viabilidade do investimento

Em suma, a função financeira engloba duas importantes vertentes, a análise financeira e a gestão financeira.

A análise financeira consiste na recolha de informações bem como, o seu estudo de forma a obter respostas seguras sobre a situação económica e financeira da organização, nomeadamente a análise da viabilidade dos investimentos, de forma a dar suporte à tomada de decisões sobre a sua execução ou não execução.

Segundo Matarazzo (2010), a análise das demonstrações financeiras permite a tomada de decisões, ao expor aspetos relevantes, tais como a situação financeira, o desempenho, pontos fortes e pontos fracos, a adequada aplicação de recursos, potenciais riscos na administração e na avaliação de alternativas.

A análise financeira é abrangida por um conjunto de indicadores e métodos, de forma a realizarem-se diagnósticos sobre a situação financeira da entidade (Gonçalves *et. al.*, 2012)

O recurso à análise financeira é extremamente importante para os diversos stakeholders, que são pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses no desempenho de uma entidade, e cujas decisões e atuações, podem afetar, direta ou indiretamente, essa mesma entidade.

A análise incide sobre o desempenho histórico das entidades de forma a avaliar a sua capacidade financeira, a sua estabilidade, viabilidade e rentabilidade, na atual e/ou na futura conjuntura.

Procurando também, analisar se os capitais investidos, as despesas de desinvestimento bem como as de funcionamento estão a ser compensadas pelos rendimentos gerados numa dada altura. (Gonçalves *et. al.*, 2012).

Assim sendo, a avaliação e interpretação da situação económica / financeira de uma entidade, assenta nos seguintes parâmetros:

- Equilíbrio financeiro, que é a capacidade da entidade em saldar as suas dividas a curto prazo, bem como solver os compromissos a médio e longo prazo;
- Rentabilidade de capitais, permite determinar o retorno do investimento dos acionistas, ajudando a determinar a capacidade das entidades para gerar lucro a partir dos seus ativos;
- Crescimento, ou seja, a capacidade de as entidades gerarem riqueza tendo impacto positivo sobre os seus lucros, promovendo o seu crescimento;
- Risco, avalia o impacto que teria na entidade possíveis acontecimentos futuros;
- Valor criado pela gestão, identifica sucessos e fracassos, desenvolvendo ações corretivas para incrementar o sucesso da entidade.

Apesar das diferenças entre entidades, as técnicas utilizadas para a sua avaliação são feitas com base num conjunto de informação económico-financeira, através da análise de documentos contabilísticos e extra contabilísticos nomeadamente, através do seu tratamento e do seu estudo, de maneira a fornecer dados e informações financeiras, que sustentem a tomada de decisões por parte dos gestores financeiros.

A relevância da análise financeira, segundo Neves (2012) está ligada a necessidades que as entidades têm de conhecer a sua situação económico-financeira, sendo importante a realização de um conjunto de métodos a fim de permitir a obtenção de informação sobre a situação financeira da entidade, analisando a sua evolução ao longo dos tempos de forma a identificar possíveis pontos fracos e pontos fortes.

Pode-se afirmar, então com determinação e com base em estudos que comprovam a sua aplicabilidade, que análise financeira é um instrumento de informação essencial para a tomada de decisão no seio empresarial.

As decisões operacionais, no curto prazo estão relacionadas com a gestão corrente (controlo de créditos concedidos a clientes), e por outro lado com os débitos correntes (crédito concedido pelos fornecedores).

Nabais (2012), considera que é responsabilidade da gestão financeira fazer um planeamento de investimentos selecionando fontes de investimento capazes de criar sustentabilidade e rentabilidade no desempenho da entidade.

### **3.2. Utilizadores da Análise Financeira**

Interessa a todos os stakeholders das entidades, dado que todos necessitam de informação financeira, o estudo da sua situação económico-financeira uma vez que todos carecem de informação financeira de qualidade, que lhes permita a tomada de decisões que se revelem rentáveis.

Estes subdividem-se em utilizadores internos e externos sendo que nestes os mais comuns são os que a seguir se enunciam:

Utilizadores Externos:

- Bancos;
- Investidores;
- Fornecedores;
- Clientes;
- Concorrência;
- Estado;
- Empregados.

Utilizadores Internos:

- Administração e direção;
- Tomadores de decisões;
- Empregados.

Estes últimos constam em ambos utilizadores uma vez que, embora não tenham um acesso formal à informação, têm uma perceção importante da situação real da entidade.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras de finalidade geral proporcionam informação de uma entidade sobre:

- Ativos,
- Passivos;
- Património líquido;
- Rendimentos;

- Gastos;
- Outras alterações do Património líquido;
- Fluxos de caixa.

Neste sentido, a análise financeira está vocacionada para a recolha, tratamento e estudo de informação de cariz predominante económico-financeiro, com o intuito de obter dados e informações financeiras que sirvam de base para a tomada de decisão de gestores financeiros (Fernandes *et. al*, 2012)

No que diz respeito à tomada de decisões, podemos perceber que a análise financeira tem um papel preponderante para a Gestão Financeira. No entanto, as ajudas dos diversos instrumentos de análise financeira permitem, como se poderá verificar no próximo capítulo, uma análise mais minuciosa, precisa e eficaz da situação económico-financeira de qualquer entidade.



## 4. Instrumentos Base da Análise Financeira

Para se efetuar uma análise financeira é necessário a utilização de diversos instrumentos de base que servem como fontes de informação contabilística, afim de identificar o correto estado de saúde económico-financeiro da entidade.

Assim, e com a aprovação SNC-AP e sua consequente estrutura conceptual, foram definidas um conjunto de demonstrações financeiras absolutamente decisivas no sucesso da prestação de contas, compostas por:

- Balanço;
- Demonstração de resultados por natureza;
- Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas);
- Demonstração de fluxos de caixa;
- Demonstração das modificações do património líquido;
- Relatório de Gestão.

Pela importância de cada um em particular e de todos em geral, nos próximos pontos ir-se-á explicar sucintamente cada um deles.

### 4.1. Balanço

Para Demerjian (2007), o **Balanço** é um dos principais documentos que o sistema contabilístico proporciona, em geral, no final de um trimestre, semestre ou ano. O Balanço é um espelho da situação patrimonial da entidade num determinado momento revelando o valor do que a entidade possui:

- **Ativo**, este inclui tudo aquilo que a entidade possui e que é suscetível de ser avaliado em dinheiro - disponibilidades (dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis), créditos sobre clientes, stocks de mercadorias, equipamentos, etc.;
- **Passivo**, o conjunto de fundos obtidos externamente pela entidade, seja através de empréstimos, seja através do diferimento de pagamentos (ao Estado, fornecedores, etc).

A diferença entre estas duas grandes categorias é designada por **Capital Próprio**, que corresponde ao capital pertencente aos sócios, ou seja, representa o valor do investimento realizado pelos proprietários adicionados dos lucros (ou deduzido de eventuais prejuízos) obtidos ao longo de exercícios passados e do exercício corrente.

Assim sendo, verifica-se que o princípio fundamental do Balanço é a igualdade entre o Ativo e a soma do Passivo com o Capital Próprio, e o Passivo juntamente com o Capital Próprio financiam o Ativo.

O Balanço é um documento de base financeira, que expressa a situação patrimonial de uma entidade, sob diversas óticas. Com base na ótica dos fluxos financeiros o Balanço representa uma igualdade entre dois membros, um onde se relevam os investimentos realizados pela entidade, (aplicações de fundos), o outro, onde se relevam as fontes de financiamento (origem de fundos).

Pela ótica contabilística, o Balanço representa, no seu primeiro membro, a globalidade dos Ativos da entidade e a forma de financiar esses ativos no seu segundo membro.

Finalmente, o Balanço através da ótica da tempestividade dos investimentos e financiamentos, representa os Ativos Correntes, (incluem todos aqueles que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional, assim como aqueles que são detidos pela entidade com a finalidade de serem negociados), e Não Correntes e Passivos Correntes e Não Correntes de acordo com o horizonte temporal de detenção dos bens e direitos (no caso dos ativos) e das obrigações (no que diz respeito aos passivos).

Segundo a Norma Contabilística Pública (SNC) e a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o Balanço apresenta uma classificação dos Ativos e dos Passivos em Correntes e Não Correntes, devendo ser classificados como tal quando satisfizerem qualquer um dos critérios que a seguir se pode verificar através da leitura da Tabela 6.

TABELA 6 – ATIVO E PASSIVO CORRENTES E NÃO CORRENTES

ATIVOS CORRENTES	PASSIVOS CORRENTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso do ciclo operacional da entidade;</li> <li>– Detido essencialmente para ser negociado;</li> <li>– Espera-se que seja realizado num período até 12 meses após a data do balanço;</li> <li>– For caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional da entidade;</li> <li>– Detido essencialmente para ser negociado;</li> <li>– Espera-se que seja liquidado num período até 12 meses após a data do Balanço;</li> <li>– A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.</li> </ul>
ATIVOS NÃO CORRENTES	PASSIVOS NÃO CORRENTES
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Todos os outros ativos são classificados como não correntes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Todos os outros passivos são classificados como não correntes</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Fernandes *et. al.*, (2012)

Resumindo, em função do anteriormente escrito, o total de aplicações de fundos iguala, a todo o momento, o total das origens de fundos, podendo enunciar-se a equação fundamental do Balanço da seguinte forma:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$$

$$\text{Ativo não corrente} + \text{Ativo corrente} = \text{Capital Próprio} + \text{Passivo}$$

$$\text{Aplicações de Fundos} = \text{Origens de Fundos}$$

Para além das igualdades referidas é ainda igualmente relevante estabelecer as seguintes relações:

$$\text{Capitais permanentes} = \text{Capital próprio} + \text{Passivo não corrente}$$

$$\text{Passivo} = \text{Capital Alheio}$$

## 4.2. Demonstração de Resultados

Tem como objetivo principal, prestar informações periódicas sobre os resultados da atividade da entidade, que rege qualquer sistema contabilístico.

O documento que presta essa informação, ou seja, que demonstra o montante dos resultados obtidos, bem como os componentes que contribuíram para a sua formação (rendimentos e gastos) é a **Demonstração de Resultados** (DR), sendo que o resultado, representa o aumento (quando existem lucros) ou diminuição (quando se registam perdas) verificada no capital próprio durante o exercício económico (Félicio, 1996).

DR é, na sua essência, constituída por três elementos que se designam de rendimentos, gastos e resultados.

- Rendimentos constituem os aumentos de benefícios económicos durante o período contabilístico;
- Gastos representam as diminuições de benefícios económicos durante o mesmo exercício;
- Resultados são obtidos pela diferença entre o que se ganhou e o que se gastou no período económico em questão.

DR evidencia resultados (lucros ou prejuízos) através de elementos de cariz económico. É um documento de avaliação do desempenho económico num determinado período.

O SNC-AP prevê um tipo de demonstrações de resultados: a **Demonstração de Resultados por Naturezas** (DRN).

TABELA 7 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

<b>Rendimentos</b>
Gastos operacionais – (Amortizações + Depreciações + Reversões)
<b>RADGFI (EBITDA)</b>
Amortizações
Depreciações
Reversões
<b>RAGFI (EBIT)</b>
+ Rendimentos Financeiros – Gastos Financeiros
<b>Resultado Antes de Impostos (RAI)</b>
Imposto sobre o rendimento
<b>Resultado líquido do período</b>

Fonte: Adaptado de Fernandes *et. al.*, (2012)

Relativamente à DRN pode afirmar-se que esta apresenta os resultados das operações de uma entidade num determinado período, ao serem agregados os gastos, perdas, rendimentos e ganhos em grupos de acordo com as respetivas naturezas.

Os rendimentos e ganhos encontram-se contabilizados nas contas da classe 7 e os gastos e perdas nas contas da classe 6 do SNC-AP.

A DRN permite apurar os seguintes tipos de resultados:

- Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- Resultados operacionais;
- Resultados antes de impostos;
- Resultado Líquido do período.

TABELA 8 – COMPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

<b>Elementos</b>	<b>Componentes</b>
<b>Rendimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Vendas;</li> <li>– Serviços prestados;</li> <li>– Subsídios à exploração;</li> <li>– Variação de inventários da produção;</li> <li>– Trabalhos para a própria entidade;</li> <li>– Outros rendimentos e ganhos.</li> </ul>
<b>Gastos operacionais (deduzidos das amortizações, depreciações e reversões)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– CMVMC;</li> <li>– Fornecimentos e serviços externos;</li> <li>– Gastos com o pessoal;</li> <li>– Imparidades;</li> <li>– Provisões;</li> <li>– Outros gastos e perdas.</li> </ul>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gastos (e reversões) de depreciações e amortizações nos termos das NCP 3 (Ativos intangíveis), NCP 5 (Ativos fixos tangíveis), NCP 6 (Locações) e NCP 8 (Propriedades de investimento).</li> </ul>
<b>Rendimentos financeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Juros e rendimentos similares obtidos relacionados com o investimento da entidade. Atente-se à NCP 18 (Instrumentos financeiros).</li> </ul>
<b>Gastos financeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Juros e gastos similares suportados relacionados com o financiamento da entidade, sendo relevantes as NCP 18 (Instrumentos financeiros), NCP 6 (Locações) e NCP 8 (Custo de empréstimos obtidos).</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Neves (2007)

É de referir que a DR tem uma relação com o Balanço pois, o produto obtido no resultado do período representa a variação ocorrida no Capital Próprio.

### **4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Segundo Pinto (2008) a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) integra o conjunto de demonstrações financeiras a serem preparadas pelas entidades que apliquem o SNC-AP em vigor em Portugal.

O seu objetivo é proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro (numerário, depósitos à ordem) decorrentes da atividade corrente e operacional da entidade, evidenciando as aplicações de dinheiro da entidade em investimentos e a obtenção de recursos monetários através de financiamentos, de forma a que a entidade se adapte às necessidades e oportunidades futuras.

A DFC é importante para identificar existência de diferenças entre o dinheiro em caixa, bem como, depósitos à ordem, e as razões que levaram a essa diferença, bem como o resultado líquido num determinado período.

Assim, a análise da informação apresentada na DFC conjuntamente com a do Balanço, da Demonstração de Resultados e de restrições de utilização (divulgadas no anexo), permite perceber a capacidade da entidade em gerar excedentes de dinheiro no decurso da sua atividade, cumprindo com as respetivas obrigações de pagamento, que possa ser utilizado para remunerar os sócios através de dividendos.

O SNC-AP apenas prevê a preparação e apresentação da DFC pelo método direto, com determinação dos saldos de caixa e depósitos à ordem por evidenciação dos respetivos fluxos de tesouraria.

No entanto, o método indireto permite determinar os referidos saldos pelo ajustamento do resultado líquido, apurado pelo pressuposto do acréscimo, dos fluxos económicos que não implicaram desembolsos de dinheiro.

A utilização de ambos os métodos é vantajosa para os utilizadores de Demonstrações Financeiras uma vez que, apresenta sob diferentes perspetivas a origem, aplicação e evolução dos fluxos de tesouraria.

Para facilitar a leitura e análise da DFC pelos empresários e dar alguma ajuda na preparação dessa demonstração financeira aos técnicos oficiais de contas, é necessário ter em conta a importância e especificidade das informações por ela fornecidas.

TABELA 9— IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS VÁRIOS NÍVEIS DE DECISÃO

Decisões económico-financeiras	Relevância
<b>Processos de financiamento</b>	<p>Correlacionar os resultados apurados e os fluxos de caixa relativos às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.</p> <p>Avaliar a capacidade de satisfazer os compromissos assumidos e a necessidade de recorrer ao financiamento externo.</p> <p>Avaliar a capacidade de a entidade pagar dividendos.</p>
<b>Análise de investimentos</b>	Avaliar a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa positivos no futuro.
<b>Avaliação do desempenho</b>	Avaliar a rendibilidade dos recursos disponíveis, o cumprimento dos objetivos estabelecidos e estimar potencialidades futuras.

Fonte: Adaptado de Fernandes *et. al.*, (2012)

#### 4.4. Anexo

Com a adoção do SNC-AP, o Anexo ganhou relevância na prestação de contas da entidade. É aqui que se esclarecem diversas informações relevantes que constam de forma muito sintética dos restantes documentos financeiros.

A aplicação do referencial do International Accounting Standards Board (IASB) levou a que as Demonstrações Financeiras (DF's) previstas no SNC-AP apresentem não só alterações a nível terminológico e conceptual, mas também no seu conteúdo e estrutura. A alteração principal ao nível de conteúdos das DF's é a inclusão de uma nova DF, intitulada Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP), (Pinto, 2008).

Refere a NCP 1 que o Anexo deve:

- Apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas usadas;
- Divulgar a informação exigida pelas NCP que não seja apresentada na face do Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração das Alterações no Capital Próprio ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face do Balanço, na Demonstração dos Resultados, na Demonstração das Alterações no Capital Próprio ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa, mas que seja relevante para uma melhor compreensão de qualquer uma delas.

Verifica-se, então, que o Balanço é uma peça contabilística que reúne um conjunto de informações sobre a entidade divididas em notas. Informações essas que podem ser sobre valores refletidos nas Demonstrações Financeiras, ou sobre factos e/ou situações que mesmo não estando refletidas nas Demonstrações Financeiras, são importantes para entender a realidade financeira da entidade e como tal, são de primordial importância.

Deveria ser acompanhado por:

- Relatório de gestão;
- Outras informações.

#### **4.5. Relatório de Gestão**

O Relatório de Gestão (RG) tem como objetivo a descrição, evidenciando as contas apresentadas, o estado e evolução dos negócios sociais, devendo ser assinado por todos os administradores, gerentes ou diretores. Conforme explicito na legislação este, deve conter "uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios e situação da sociedade", devendo de ela constar especialmente:

- A evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu a sua atividade nomeadamente condições de mercado, investimentos, gastos, rendimentos e atividades de investigação e desenvolvimento;
- Factos relevantes que tenham ocorrido após o termo do exercício;
- A evolução futura previsível da sociedade;
- O número e o valor nominal das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o exercício, bem como o número e o valor nominal de todas as quotas e ações próprias detidas no fim do exercício;
- A existência de sucursais da sociedade;
- As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

A informação é mais valiosa que nunca, e decisiva para a sobrevivência das entidades, sendo fundamental no traçar das linhas de orientação futuras, num mundo em que a mudança é constante, onde a globalização é cada vez mais uma realidade e onde a competitividade não encontra fronteiras.

Uma vez que o RG é um documento que procura evidenciar a verdadeira situação das entidades, não deverá subestimar o contexto onde aquelas operam. Só assim se complementar a análise com as incertezas, riscos e oportunidades, presentes e previsíveis, de modo a obter realmente uma visão fiel e clara da situação da entidade (Fernandes *et. al.*, 2012).

#### 4.6. Outras Fontes de Informação Financeira

Existem ainda outras fontes de informação financeira de natureza extra contabilística, para além das já referidas onde se destacam as seguintes:

- **Entidades de informação especializada:** existem diversas entidades especializadas<sup>1</sup> que se encontram no mercado como prestadores de serviços, realizando avaliações de crédito e de desempenho sob a forma de relatórios e publicações.
- **Publicações de rácios setoriais:** de forma a avaliar como uma entidade se encontra em relação ao contexto do seu setor existem várias fontes de informação relevante que podem ser utilizadas. Uma delas é o conjunto de rácios e indicadores económico-financeiros setoriais. O Banco de Portugal<sup>2</sup> através da sua central de balanços disponibiliza informações importantes sobre a generalidade dos setores de atividade que são utilizadas nos trabalhos de análise e diagnóstico;
- **Relatórios dos auditores:** os relatórios de auditores externos independentes, sem qualquer relação com a entidade analisada, permitem um exame detalhado dos relatórios de contas, emitindo o seu parecer. Estes relatórios de auditoria são utilizados por um vasto número de entidades com interesse na informação financeira prestada pelas entidades, onde se inclui o analista financeiro. O grau de independência do auditor é a garantia de que informação proporcionada pelos seus relatórios permite uma melhor avaliação da entidade em causa.

---

<sup>1</sup> Em Portugal destaca-se pela sua experiência e credibilidade a Dun & Bradstreet que opera no mercado Ibérico através da Informa D&B.

<sup>2</sup>A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados de informação económica e financeira sobre entidades portuguesas assente em dados contabilísticos.

## **5. Métodos e Técnicas da Análise Financeira**

### **5.1. Utilização de Rácios e Indicadores (Método dos Rácios)**

Estabelecer uma relação entre os dados fornecidos pelo Balanço e a Demonstração de Resultados após a sua preparação para análise, é um dos métodos que permite registar a evolução da situação económico-financeira e tirar conclusões sobre a sua gestão. Essa relação pode ser expressa sob a forma de quociente ou percentagem.

O cálculo de rácios financeiros é muito utilizado pelos agentes envolvidos em análises económico-financeiras de entidades, devendo-se ao facto de estes possibilitarem que esta seja feita de forma mais fácil e compreensível para os utilizadores. Fácil, pois, o seu cálculo permite avaliar a evolução económico-financeira de uma entidade entre anos de atividade permitindo comparar valores entre entidades do mesmo sector de atividade.

Segundo Meneses (1987), os rácios são os de compreensão mais fácil pois, os resultados são apresentados e calculados através de fórmulas simples e com base em dados quantitativos.

Outra vantagem da aplicação de rácios financeiros diz respeito à utilização de grandes quantidades de informação de modo sintético e objetivo, sendo possível determinar a performance da entidade em diversos aspetos como rentabilidade, liquidez ou solvabilidade.

É, no entanto, necessário recorrer-se aos rácios financeiros com alguma prudência, pois estes apresentam limitações que levam a conclusões pouco significativas ou incorretas. Assim, as principais limitações do uso deste método são:

- Se existirem incorreções ou alterações às políticas contabilísticas ao nível das demonstrações financeiras (Balanço e DR), os rácios financeiros irão refletir essas incorreções ou distorções;
- Os rácios financeiros não têm em consideração fatores qualitativos como a ética, motivação ou qualidade/capacidade técnica dos quadros da entidade, uma vez que são dados quantitativos;
- A análise recorre a conhecimentos sobre o passado da entidade, não refletindo o futuro, pelo que o analista não deverá pressupor que as conclusões retiradas se aplicam ao futuro;
- A comparação de rácios entre entidades do mesmo sector poderá não ser correta devido às diferenças entre as práticas contabilísticas adotadas.

A escolha dos rácios a utilizar depende do objetivo de análise, sendo por isso feita uma classificação dos mesmos. Os rácios podem classificar-se em grupos:

- Rácios financeiros;
- Rácios económicos;
- Rácios económico-financeiros;
- Rácios de funcionamento ou atividade;
- Rácios técnicos;
- Rácios de mercado;
- Rácios de liquidez;
- Outros rácios.

No estudo de caso que irá ser apresentado sobre o diagnóstico económico-financeiro da UTAD entre 2013-2017 apenas serão abordados os rácios que se apliquem a este tipo de entidade. Por conseguinte, a descrição a seguir apresentada centra-se nos grupos de rácios que irão ser calculados e analisados no estudo de caso do presente relatório.

Por não se aplicarem ao presente estudo, os rácios técnicos e de mercado, serão propositadamente omissos.

### 5.1.1. RÁCIOS FINANCEIROS

Os rácios financeiros relacionam diversas massas patrimoniais constantes do balanço, em termos financeiros. De acordo com Nabais (2011), os principais rácios financeiros e que se pretendem analisar neste estudo de caso são:

$$\text{Solvabilidade Total} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

A **ST** expressa a capacidade da entidade satisfazer os compromissos com terceiros, à medida que se vão vencendo. Um valor superior a **1**, significa que o valor do património é suficiente para cobrir as dívidas da entidade. Um valor inferior a **1**, significa que a entidade está impossibilitada de satisfazer todos os seus compromissos com meios próprios.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$$

A **AF** expressa a participação do capital próprio no financiamento da entidade.

Um valor  $< 1/3$  significa uma excessiva dependência de capitais alheios.

Um valor  $\geq 1/3$  representa um bom grau de autonomia financeira.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Capital Total}}$$

$$\text{Capital Total} = \text{Capital Próprio} + \text{Passivo}$$

O **RE** determina a dependência da entidade face ao capital alheio.

O nível de endividamento pode variar entre **0** e **1**. É aceitável que o rácio se situe entre **0,5** e **0,66**.

$$\text{Estrutura do Endivid.} = \frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo}}$$

O **REE** averigua se a carga de endividamento da entidade incide no curto prazo ou no médio e longo prazo.

Quanto maior for o valor do rácio maior será o peso do passivo corrente no endividamento, exercendo pressão sobre a tesouraria da entidade.

### 5.1.2. RÁCIOS ECONÓMICOS

Os rácios económicos têm por base grandezas que constam da demonstração de resultados, abordando aspetos como as margens de rendibilidade, a estrutura de custos e a capacidade de autofinanciamento (Nabais, 2011).

$$\text{Ren. Operacional Vendas} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Vendas}}$$

A **ROV** mede a percentagem das vendas que resta depois de cobertos todos os custos de exploração, incluindo provisões e amortizações.

$$\text{Rendibilidade das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$$

A **RV** analisa a relação entre os resultados e as vendas medindo a rendibilidade que a entidade tem depois de pagos todos os custos, encargos financeiros e impostos.

$$\text{Rendibilidade Ativo Total} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo Líquido}}$$

A **RAT** relaciona o lucro obtido num determinado exercício com o ativo total da entidade. Mostra o lucro da entidade por cada unidade investida, ou seja, a rendibilidade do investimento realizado.

### 5.1.3. RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Como refere Nabais (2011) os rácios económico-financeiros expressam as relações económico-financeiras existentes e são construídos utilizando como fonte de dados o balanço e a demonstração de resultados.

$$\text{Rend. dos Capitais Próprios} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

A **RCP** permite avaliar a taxa de retorno do capital que foi investido.

### 5.1.4. RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO OU ATIVIDADE

Também de acordo com Nabais (2011), os rácios de funcionamento ou atividade fazem a avaliação da eficiência com que a entidade está a gerir os seus ativos, quer sejam imobilizados ou circulantes. Permitem assim, avaliar os impactos financeiros da gestão.

$$\text{Rotação do Ativo} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo}}$$

A **RA** mede o grau de eficiência na utilização dos ativos.

Se o rácio for elevado pode indiciar que a entidade está a trabalhar no limite da capacidade. O contrário pode indiciar um desaproveitamento de recursos.

### 5.1.5. RÁCIOS DE LIQUIDEZ

A análise dos rácios de Liquidez além de permitir verificar a evolução da situação financeira de uma entidade, de modo a prevenir situações desfavoráveis que a possam levar a vender desnecessariamente ou a recorrer sistematicamente ao crédito, permitem, também fazer a avaliação da facilidade com que esta dispõe de fundos para solver os compromissos e encargos imediatos.

Quanto maior for o resultado apresentado, maior capacidade terá a entidade de satisfazer os compromissos, logo menos exposta estará ao risco de incumprimento.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A **LG** mede a capacidade que a entidade tem de satisfazer as suas obrigações de curto prazo com ativos circulantes.

Um valor superior a **1**, significa que a entidade pode utilizar ativos líquidos para pagar as dívidas a curto prazo.

Um valor inferior a **1**, significa que a entidade tem dificuldades de tesouraria.

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A **LR** mede a capacidade de a entidade satisfazer as suas dívidas a curto prazo com ativos circulantes.

Consideram-se bons valores aqueles que se situem no intervalo entre **0,9** e **1,1**.

Se houver uma diferença muito grande entre a **LG** e a **LR** significa que a entidade tem stocks “mortos” com elevados custos para a entidade.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A **LI** mede a capacidade da entidade em satisfazer as suas dívidas a curto prazo, apenas com as disponibilidades.

Um valor superior a **0,9** poderá ser demasiado elevado e significar uma má aplicação dos fundos de tesouraria.

## **5.2. Análise Integrada dos Rácios**

Segundo Nabais (2011), a aplicação do método dos rácios na análise financeira é importante pois, permite ao analista interpretar estas medidas não só de forma individual, mas também de forma integrada. Assim sendo, é possível verificar que os rácios de rendibilidade podem ser transformados em conjuntos de outros indicadores de diferentes categorias e permitir análises integradas da situação financeira resultante do(s) exercício(s) económico(s).

### **5.2.1. EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DA RENDIBILIDADE**

A rendibilidade económica ou rendibilidade do ativo pode ser decomposta de acordo com a seguinte expressão:

$$\frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Ativo Total}} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Esta expressão permite perceber que a rendibilidade económica de uma entidade depende das seguintes variáveis:

- O lucro realizado por cada unidade monetária vendida;

O número de unidades monetárias vendidas por cada unidade investida.

Daqui conclui-se que a rendibilidade económica aumenta se uma entidade:

- Vender mais, mantendo a margem de lucro;
- Vender, se a margem de lucro diminuir, mas esta diminuição for inferior ao aumento das vendas;
- Vender a mesma quantidade se a margem de lucro for superior, por cada unidade vendida;
- Vender menos, se a margem de lucro for superior à redução das vendas.

Em termos gerais podemos interpretar a equação da seguinte forma:

- O aumento da Rendibilidade das vendas leva ao aumento da Rendibilidade do Ativo (e vice-versa);
- Um aumento da rotação do Ativo leva a uma melhoria da rendibilidade do ativo e da liquidez da entidade (e vice-versa).



# Parte III



## **6. Análise Económico-Financeira da UTAD 2013-2017: Estudo de Caso**

O caso de estudo que se apresenta neste último capítulo pretende aplicar, na prática, toda a revisão de literatura que foi feita durante a elaboração deste relatório.

O enfoque deste caso de estudo é a realização da análise económico-financeira e avaliação do risco da UTAD do quinquénio 2013-2017, foram escolhidos estes cinco anos, visto que coincide com a tomada de posse da atual administração sendo, portanto, possível uma análise na mesma linha em termos de estratégia.

Pretende-se realizar um diagnóstico económico-financeiro que permita resumir a situação da UTAD nas diversas vertentes referentes à sua evolução económico-financeira, de rentibilidade e risco, por forma a conseguir uma caracterização global daquilo que é a posição relativa da entidade no contexto económico.

O caso de estudo terá a seguinte estrutura:

- Descrição sucinta do caso de estudo;
- Apresentação da metodologia e dados utilizados na elaboração do caso;
- Apresentação da UTAD e do seu enquadramento no panorama educativo nacional;
- Realização da análise económico-financeira da UTAD.

### **6.1. Descrição do Caso de Estudo**

O caso de estudo será direcionado para a realização da análise económico-financeira da UTAD. Esta análise terá por base a prestação de contas feita pela UTAD no quinquénio 2013-2017 e basear-se-á na utilização do método dos rácios: financeiros, económicos, económico-financeiros, de funcionamento ou atividade, de liquidez e outros que se apliquem.

Como já foi dito só serão apresentados alguns rácios de cada grupo por serem os que melhor se aplicam aos dados resultantes da prestação de contas consolidadas feita pela UTAD nas suas demonstrações financeiras.

Todas as conclusões retiradas têm como fonte dados reais obtidos nos documentos de final de exercício económico apresentados pela UTAD, anualmente, ao conselho de gestão. No final do relatório pretende-se conhecer melhor o estado de saúde económico-financeira da entidade por forma a perspetivar as tendências futuras de evolução e, se for caso disso, atuar corretivamente ajudando a que sejam tomadas as melhores decisões para o sucesso da entidade.

## **6.2. Metodologia e Dados**

Para realizar a análise económico-financeira da UTAD e avaliar o seu risco serão utilizados os relatórios de atividades e contas da UTAD no quinquénio 2013-2017. Os dados que serão objeto deste estudo são todos provenientes dos documentos de prestação de contas da UTAD e serão tratados de acordo com o método dos rácios e avaliação do risco.

A elaboração da análise às contas da UTAD assenta nos seguintes pontos:

- Recolha de informação disponibilizada pela UTAD nos seus relatórios de gestão;
- Análise qualitativa da atividade da UTAD no panorama educativo nacional;
- Análise quantitativa à situação económico-financeira da UTAD;
- Análise de dados que possam ser trabalhados de modo a serem obtidas conclusões pertinentes relativas ao futuro da entidade.

## **6.3. Apresentação e Enquadramento da UTAD**

### **6.3.1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL**

A UTAD é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com diferenciação adequada à sua natureza, nos termos da constituição, da Lei e dos Estatutos.

A atividade da UTAD, tanto ao nível das receitas/proveitos, como dos custos/despesas, é influenciada pelo quadro macroeconómico nacional e internacional. No seguimento da grave crise económica e financeira a que Portugal esteve sujeito, o ano de 2017 foi de recuperação.

O nível da estrutura de proveitos e custos é influenciado pela estrutura orgânica e funcional, assim como pelo seu nível e tipologia de atividade refletida na oferta educativa (ensino), nas atividades de investigação (I&D) e de transferência e valorização do conhecimento, as quais envolvem recursos humanos e físicos.

### 6.3.2. VISÃO DA UTAD

UTAD é uma instituição de alto nível, orientada para a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional.

No seu compromisso com o futuro, a UTAD tem por missão produzir e disseminar conhecimento em conexão com a sociedade, tendo como denominador comum e crucial a convicção de que a educação e o conhecimento têm elevado valor económico e social e melhoram a vida das pessoas e das comunidades.

### 6.3.3. MISSÃO DA UTAD

No ciclo 2017-2021, a UTAD pretende afirmar-se como “**Eco-Universidade para o Futuro**”, instituição de ensino superior de alta qualidade, atrativa, inspiradora de aprendizagens e de construção de conhecimentos interdisciplinares e âncora de coesão e de desenvolvimento cultural e socioeconómico sustentável do território, o que exige ser uma Universidade mais Coesa, mais Colaborativa, mais Conectada, mais Competitiva: Universidade mais Coesa, que envolva, capacite, revigore e valorize as pessoas, comprometendo a comunidade académica com a construção de um futuro sustentável; Universidade mais Colaborativa, que fomente estruturas e práticas organizativas flexíveis e reforce a capacidade de captação de receitas próprias ao nível do ensino, da investigação e da valorização do conhecimento; Universidade mais Conectada, que, no plano interno, mantenha um envolvimento motivador das pessoas nas decisões, potenciando um modelo de governação que articule diferentes níveis de decisão e ação, e, externamente, aprofunde a cultura de trabalho em rede e parceria, do local ao global; Universidade mais Competitiva, que interliga, de forma sistémica, atividades diferenciadas de ensino, de investigação e de valorização do conhecimento, reforçando a ligação com diferentes agentes e satisfazendo as necessidades e expectativas da sociedade em geral e do território em particular.

#### **6.3.4. VALORES DA UTAD**

Os valores indicam o conjunto de princípios, comportamentos e atitudes que todos os membros da academia devem assumir na sua prática quotidiana, ou seja, uma cultura de trabalho. De forma esquemática, esses valores são:

- Centralidade do estudante;
- Liberdade académica;
- Valorização das pessoas;
- Participação democrática;
- Valorização da igualdade e inclusão;
- Compromisso com o rigor e a qualidade;
- Transparência na decisão e ação;
- Inovação, criatividade e empreendedorismo.

#### **6.3.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UTAD**

Tendo como referência a Missão, Visão e Valores, foram definidos três objetivos estratégicos para estes serviços nos próximos três anos, numa perspetiva de médio prazo, que são:

- Reforço da transparência das contas da UTAD;
- Melhoria dos procedimentos utilizados;
- Inovação dos processos de gestão e valorização dos Recursos Humanos

### 6.3.6. ÓRGÃOS DA UTAD

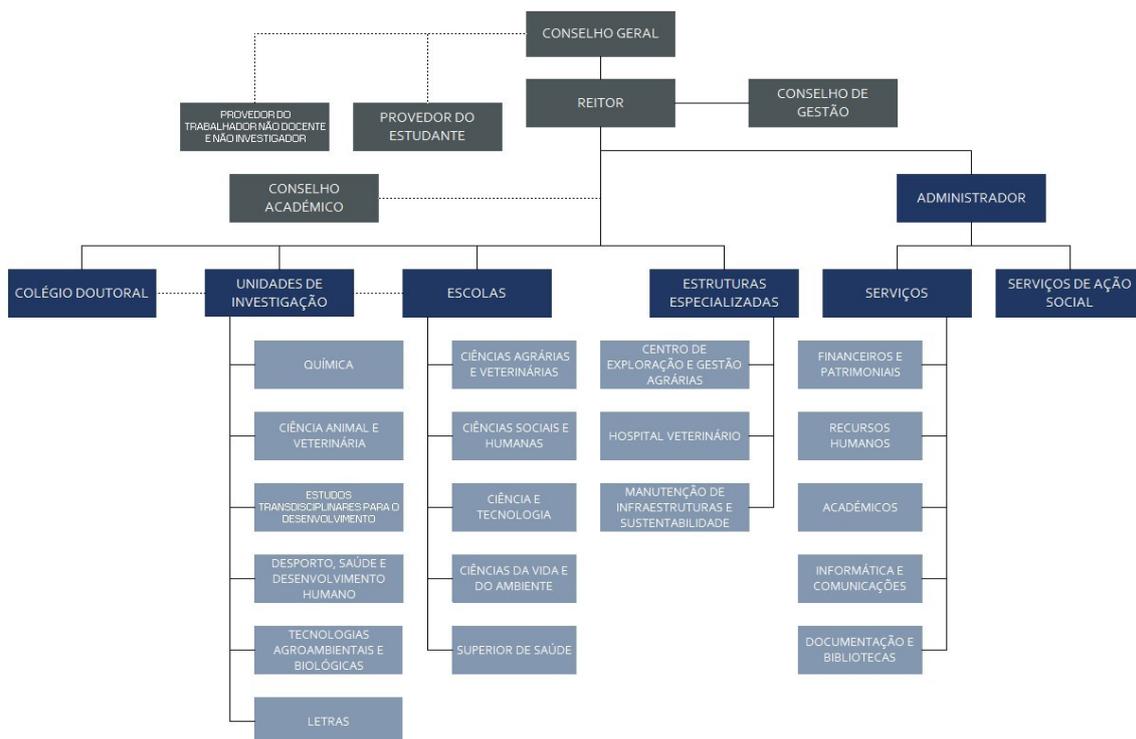


FIGURA 7 - ÓRGÃOS DA UTAD

### 6.4. Análise Económico-Financeira da UTAD

A elaboração de uma análise económico-financeira de uma entidade visa resumir a situação da mesma em diversas vertentes, integrando assim uma análise de curto, médio e longo prazo, de rentabilidade e risco, por forma a conseguir uma caracterização global daquilo que é a posição relativa da empresa no contexto económico.

Ao longo deste ponto procurar-se-á resumir os principais aspetos a ter em consideração em cada uma das etapas de análise, assentando a análise em diversas técnicas e instrumentos, procurando demonstrar uma visão global da situação económico-financeira da entidade em análise no sentido de se perceber o estado da mesma e ajudar no processo de tomada de decisão.

Pretende-se assim a realização de um relatório capaz de demonstrar a situação global da UTAD no quinquénio 2013-2017.

De modo a analisar a evolução da atividade da UTAD e calcular os rácios financeiros que permitam determinar a sua performance, é necessária a informação contabilística da empresa. Os resultados da atividade são analisados numa ótica económica, ou seja, é feita uma análise às

principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados que justificam os lucros/prejuízos da atividade da empresa.

Contudo, para verificar a evolução da atividade da UTAD é necessário ter em consideração qual a composição do Ativo, Passivo e Capital Próprio de modo a perceber onde estão a ser feitos os investimentos.

No presente estudo, a análise e evolução da atividade da UTAD dividir-se-á entre a análise económica e a análise financeira, podendo subdividir-se em resultados da atividade na perspetiva da análise económica e Ativo, Passivo e Capital Próprio para a análise financeira. Para detalhar esta análise será ainda utilizado o método dos rácios.

Proceder-se-á ao cálculo dos principais rácios financeiros e outros indicadores que expressem a situação económico-financeira da UTAD.

#### **6.4.1. ATIVO**

Os bens e direitos de uma instituição ou entidade representam o seu ativo num determinado contexto económico, constituindo-se, assim o património. A entidade não tem qualquer intenção em vender este conjunto de bens e direitos, pois estes são necessários para a que possa manter as suas atividades independentemente da sua natureza, e que dificilmente serão convertidos em dinheiro, tendo em carácter permanente, designados por patrimoniais (Neves,2007).

Assim quanto maior e mais valioso for o ativo, melhor será o estado económico-financeiro da instituição ou entidade.

TABELA 10 – PRINCIPAIS RUBRICAS DO ATIVO DA UTAD

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Imobilizado</b>	44.702.898,35 €	45.623.726,68€	48.222.745,41€	47.215.044,35€	47.111.814,32€
<b>Existências</b>	21.649,20€	24.171,04€	127.285,80€	102.286,62€	114.635,54
<b>Dívidas de Terceiros</b>	3 110 958,60 €	2 002 783,79 €	2 076 860,71 €	2 035 373,34 €	1 791 767,07 €
<b>Dep. Banc. e Caixa</b>	3 293 604,14 €	1 936 682,13 €	1 682 479,83 €	3 266 189,32 €	1 273 339,15 €
<b>Acr. Diferimentos</b>	2 650 567,05 €	1 807 128,68 €	1 463 522,75 €	891 196,01 €	1 816 716,37 €
<b>Total do Ativo líquido</b>	<b>53 779 677,34 €</b>	<b>51 394 492,32 €</b>	<b>53 572 894,50 €</b>	<b>53 510 089,64 €</b>	<b>52 108 272,45 €</b>

Perante a tabela apresentada podemos analisar que o ativo da UTAD do ano 2013 para 2014 teve um decréscimo na ordem dos 5%, estagnando nos períodos seguintes. A evolução no período 2014/2016 deveu-se ao facto da universidade ter tomado iniciativas no âmbito da concentração de todos os cursos na Quinta de Prados, contruindo dois novos edifícios e modernizando alguns já existentes.

Relativamente ao aumento mais significativo de 2014 para 2015, todas as rubricas do ativo estão valorizadas pelo custo de aquisição (princípio do custo histórico) e os mais antigos sem qualquer registo, pela avaliação feita por um técnico da Repartição de Finanças de Vila Real aquando da regularização do património da UTAD.

A diminuição de 2016 para 2017 deveu-se sobretudo à diminuição de dívidas de terceiros e a depósitos e caixa.

Destaca-se a evolução do ativo entre 2014 e 2015 de 51.394.492,32€ para 53.572.894,50€, ficando pelos 52.108.272,45€. No ano de 2017 o Ativo é constituído maioritariamente pelas rubricas que integram o Imobilizado em 90,4%, as Dividas de Terceiros em 3,44%, Depósitos Bancários e Caixa 2,44% e Acréscimos e Diferimentos em 3,5%. Em valores absolutos destaca-se o Imobilizado em 47.111.814,32€, as Dividas de Terceiros em 1.79.767,07€ e Depósitos Bancários e Caixa em 1.273.339,15€, num total de 52.108.272,45€.

## 6.4.2. PASSIVO

O agregado de todas as obrigações com terceiros de uma instituição ou entidade corresponde ao seu Passivo, por outras palavras é o que a entidade deve a outras entidades. Ao contrário do que acontece com o Ativo, quanto menor for o passivo melhor será o seu estado económico-financeiro da entidade (Neves, 2007).

TABELA 11 – PRINCIPAIS RUBRICAS DO PASSIVO DA UTAD

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Dívidas a terceiros</b>	812.515,31 €	235.256,85 €	956.551,40 €	1.102.259,41 €	2.352.861,60 €
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	21.093.104,37 €	20.398.241,18 €	20.541.969,05 €	20.353.670,22 €	17.482.498,70 €
<b>Total do Passivo</b>	<b>21.905.619,68 €</b>	<b>20.633.498,03 €</b>	<b>21.498.520,45 €</b>	<b>21.455.929,63 €</b>	<b>19.835.360,30 €</b>

A análise ao Passivo é feita apenas com base em duas rubricas. Pela observação da tabela 11, no período em análise, verifica-se uma diminuição entre o ano 2016 e 2017 de 8%, de 2014 para 2015 um aumento de 5,7% seguida de um aumento pouco significativo entre o ano de 2013 e 2014 de 2,06%. É de salientar que nos anos em questão, nota-se um aumento significativo na rubrica de Dívidas a Terceiros. Em 2014 era de 235.256,85€, passa para 1.102.259,41€, em 2016 e em 2017 para 2.352.861,60€, o que representa um acréscimo justificado pelo aumento da dívida a fornecedores, bem como da dívida ao Estado e a Outros Credores. Este aumento deve-se ao facto da UTAD registar apenas o pagamento dos descontos ao estado na data em que o pagamento efetivamente se concretiza, ao contrário dos anos anteriores. Embora pouco significativo, verifica-se uma diminuição de 7.238,23€ em dívidas a outros credores.

Em relação à rubrica Acréscimos e Diferimentos é de realçar que se depara com uma diminuição significativa nos anos 2015 a 2017, apresentando o valor mais baixo em 2017 de 17.482.498,70€.

Destaca-se ainda a inexistência de dívidas a instituições de crédito no período em análise, o que é pouco recorrente também neste tipo de instituições de ensino superior. Embora se tenha verificado uma diminuição na capacidade de gestão de tesouraria, verifica-se que a UTAD não tem necessidade de recorrer a financiamentos externos.

### 6.4.3. CAPITAL PRÓPRIO

A diferença entre aquilo que a entidade possui e aquilo que deve a terceiros designa-se por Capital Próprio, isto é, ativo menos passivo (Neves, 2007).

TABELA 12 – PRINCIPAIS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO DA UTAD

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Património</b>	31 081 952,21 €	31 081 952,21 €	31 081 952,21 €	31 081 952,21 €	31 081 952,21 €
<b>Reservas</b>	10 647,44 €	10 647,44 €	10 647,44 €	10 647,44 €	10 647,44 €
<b>Resultados Transitados</b>	917 838,65 €	1 148 851,22 €	-14 686,77 €	981 774,40 €	961 560,36 €
<b>RLE</b>	-136 380,64 €	-1 480 456,58 €	996 461,17 €	-20 214,04 €	218 752,15 €
<b>Total</b>	31 874 057,66 €	30 760 994,29 €	32 074 374,05 €	32 054 160,01 €	32 272 912,16 €

Com a leitura da tabela acima, no que diz respeito ao Capital Próprio da UTAD, pode-se destacar uma diminuição entre 2013 e 2014, devendo-se ao facto do RLE ser negativo e inferior ao do ano anterior, justificado com uma diminuição dos custos imputados a projetos de investigação. Este facto, pela aplicação do princípio da especialização dos exercícios, originou a redução da rubrica de Transferências e Subsídios correntes obtidos. Em relação ao 2014 e 2015, numa perspetiva de comparação de valores dos Resultados Transitados, deverão ser tidos em consideração o fato de se terem efetuado, em 2015, regularizações de edificios e existências, originando o registo a crédito nessa conta. Em 2017 o RLE é positivo, no valor de 218.752,15€, tendo aumentado consideravelmente face ao ano anterior que apresentou um resultado negativo de 20.214.04€. Essa diminuição teve origem nos Resultados operacionais, que em 2016 foram de -1.688.994,27€, e neste exercício aumentaram para -1.312.564.02€, o que se justifica pelo aumento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, nomeadamente das transferências e subsídios obtidos, que proporcionalmente aumentaram mais do que o aumento verificado nos Custos e Perdas Operacionais. Em suma, a rubrica do Capital Próprio, esteve sempre em ritmo ascendente nos períodos entre 2013 e 2017, registando uma subida de cerca de 1,25%, valores que representam alguma estabilidade financeira da UTAD.

#### 6.4.4. PRINCIPAIS RUBRICAS DE DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Da observação das rubricas da DR, podem-se tirar algumas conclusões relevantes sobre os resultados da atividade das instituições ou entidades. É possível fazer uma avaliação do desempenho económico num determinado período. É na Demonstração de Resultados que se encontram os elementos essenciais de carácter económico onde se evidenciam os resultados designados de lucros ou prejuízos.

TABELA 13 – PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA UTAD 2013-2017

Demonstração	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Resultados</b>					
<b>Operacionais</b>	-917 386,79 €	-2 649 187,40 €	-241 684,65 €	-1 688 994,27 €	-
<b>Financeiros</b>	-30 293,95 €	64 139,46 €	-21 817,39 €	-6 707,35 €	1 312 564,02€
<b>Correntes</b>	-947 680,74 €	-2 585 047,94 €	-263 502,04 €	-1 695 701,62 €	-
<b>Líquidos</b>	-134 380,64 €	-1 480 456,58 €	996 461,17 €	-20 214,04 €	1 315 754,13€

Analisando as principais rubricas da DR conclui-se que para o ano de 2015 os Resultados Operacionais são bastante negativos devido ao facto da UTAD ter gerado mais gastos operacionais do que ganhos operacionais.

Da tabela anterior onde constam as principais rubricas da DR, também se pode concluir que tanto os RO e RC são negativos durante os últimos 5 anos, e isso ocorre porque os gastos operacionais e os gastos correntes são de maior valor quando comparados com os ganhos operacionais e correntes. Nos anos seguintes, 2015 e 2016 as rubricas da DR revelaram um desempenho económico-financeiro bastante positivo quando comparadas com o ano 2014.

Pela leitura acima apresentada é possível perceber que há uma grande melhoria em relação ao ano de 2014 para 2015, destacando-se um aumento dos RO e RC na ordem dos 90% e uma passagem do RL de um valor negativo, para um valor positivo de 996.461.17€. Embora entre 2015 para 2016 os resultados acabem por piorar pode-se concluir que melhoraram muito em relação a 2014, RO e RC aumentaram em 35% e o RL aumentou em 98%.

O Resultado Líquido de exercício é positivo, no montante de 219.111,31€, tendo aumentado consideravelmente face ao ano anterior que apresentou um resultado negativo de 20.214,04€.

Essa diminuição é justificada pelos RO que em 2016 foram de -1.688.994,24€, e em 2017 aumentaram para -1.312.564,02€, o que se justifica pelo aumento dos Proveitos e Ganhos operacionais, nomeadamente das transferências e subsídios obtidos, que proporcionalmente aumentaram mais do que o aumento verificado nos Custos e Perdas Operacionais.

No entanto, analisando a DR no seu todo pode-se concluir que a UTAD não demonstra grandes resultados ao nível de saúde financeira, mas tem vindo a melhorar como se pode observar na análise financeira que se segue onde serão utilizados os métodos dos rácios. Adianta-se que todos os resultados do ano 2016 são resultados negativos.

#### 6.4.5. RÁCIOS FINANCEIROS

A utilização dos Rácios Financeiros permite avaliar o equilíbrio das massas patrimoniais do Balanço relacionando grandezas desta demonstração financeira.

TABELA 14 – RÁCIOS FINANCEIROS

Rácios Financeiros	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Solvabilidade Total</b>	1,46	1,49	1,49	1,49	1,63
<b>Autonomia Financeira</b>	0,59	0,60	0,60	0,60	0,62
<b>Endividamento</b>	0,41	0,40	0,40	0,40	0,38
<b>Estrutura do Endividamento</b>	0,04	0,01	0,05	0,05	0,13

#### **Solvabilidade Total**

No rácio da Solvabilidade Total verificam-se valores sempre superiores a 1, o que significa que o valor patrimonial da UTAD foi sempre suficiente para cobrir as dívidas da instituição, ou seja, a UTAD teve sempre uma elevada capacidade de fazer face aos seus compromissos com terceiros, algo conseguido de forma cada vez mais confortável. Os credores não correm qualquer risco devido à elevada solvabilidade.

Observando a tabela 14, pode dizer-se que houve uma subida da ST de 2013 para 2014, passou de valores de 1.46 para 1.49 aumentando assim a capacidade de solver as dividas a terceiros. Estagnou durante 2014 e 2016, nos 1.49, tendo subido de 2016 para 2017 (1.63), o que significa que a UTAD tem a mesma capacidade de satisfazer os seus compromissos de medio e longo prazo. Esta estagnação é muito importante já que o rácio se mantém bem acima da unidade, o que, por questões de prudência é aconselhável a todas as instituições.

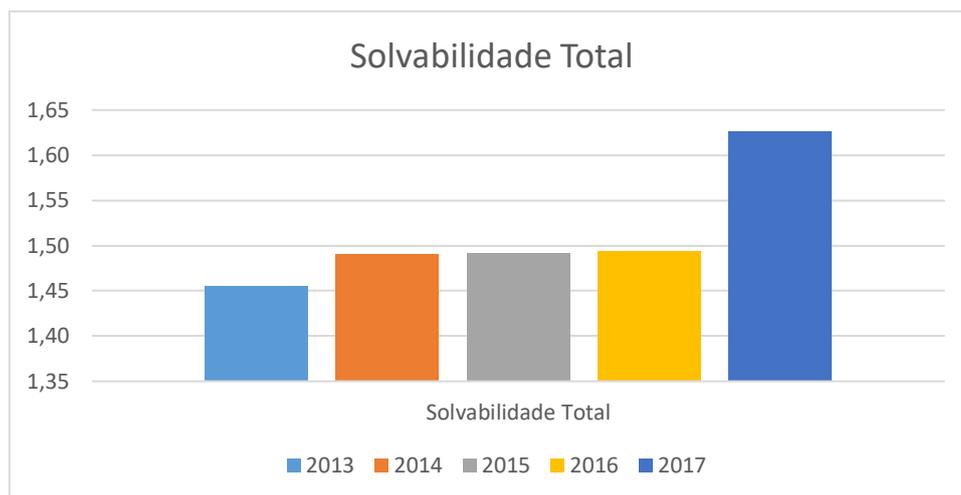


FIGURA 8 - SOLVABILIDADE TOTAL

### Autonomia Financeira

Relativamente ao rácio de Autonomia Financeira verificam-se sempre valores superiores a 1/3 ou 33%, o que significa que a UTAD, no período compreendido entre 2013-2017, com valores comprometidos entre os 59% e 62% teve sempre grande solidez financeira. No entanto, é necessário referir que essa autonomia teve um aumento de 59% para 60% entre 2013 e 2014, mantendo-se nos 60% nos restantes anos, aumentando no último ano em estudo para 62%. Pode então dizer-se que todos estes valores estão bem acima dos valores mínimos dos próximos anos. Este aumento deveu-se ao facto do aumento no capital próprio entre 2013-2017 ter sido diretamente proporcional ao aumento do Ativo da UTAD levando a um aumento da autonomia da UTAD face a terceiros. Contudo, a UTAD apresenta um grau de autonomia considerado bom quando comparado com estado atual da economia.

### Endividamento

O Endividamento da UTAD aumentou significativamente de 2013 para 2014, tendo vindo a diminuir entre o ano 2014 e 2015 e mantendo-se entre 2015 e 2016 em 40%, voltando a baixar em 2017 podendo dizer-se que a UTAD se encontra com um nível de endividamento bem abaixo dos 50% nos últimos 3 anos. Esta situação revela-se muito positiva, isto porque os níveis de endividamento das entidades se situam no intervalo 50 e 66%. Os níveis de endividamento foram praticamente mantidos nos últimos 3 anos, melhorando mesmo em 2017, concluindo-se que a situação económico-financeira é bastante aceitável.

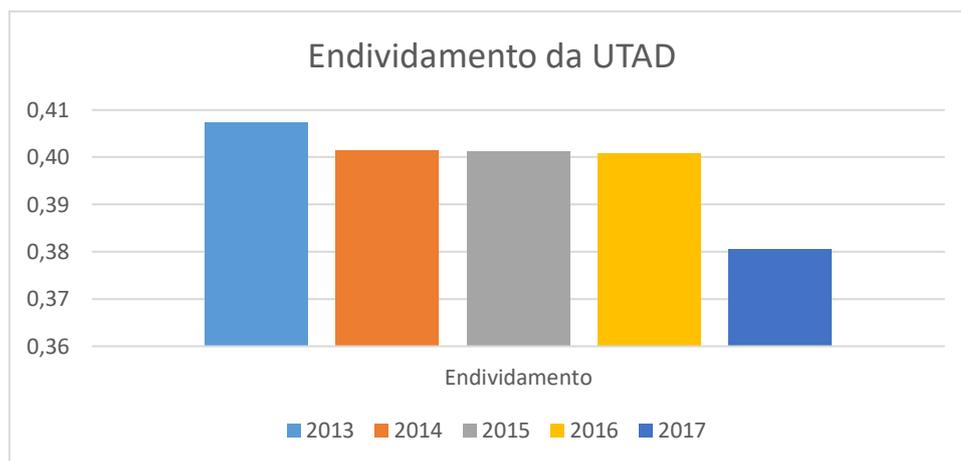


FIGURA 9 - ENDIVIDAMENTO DA UTAD 2013-2017

### Estrutura do Endividamento

Pela análise do rácio de estrutura podemos concluir que o endividamento da UTAD é praticamente nulo, devido ao facto da UTAD não ter recorrido a qualquer financiamento a instituições de crédito, facto este que revela a sua autonomia financeira já evidenciada no presente estudo.

Verifica-se uma ligeira subida nos últimos 3 anos, mas pouco significativa, pois os valores aproximam-se muito de 0%. Podendo então concluir-se que a UTAD não tem qualquer tipo de pressão do endividamento sobre a tesouraria, mantendo, portanto, a sua solidez financeira.

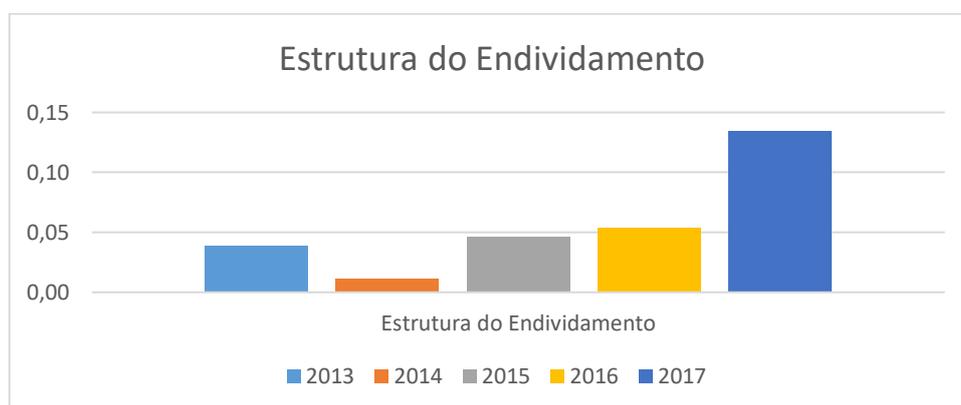


FIGURA 10 - ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO DA UTAD 2013-2017

### 6.4.6. RÁCIOS ECONÓMICOS

A pertinência dos Rácios Económicos tem a ver com a sua capacidade de estudar a rentabilidade da entidade através da análise da Demonstração de Resultados. É um rácio que permite abordar

e analisar aspetos tais como as margens de rentabilidade, a estrutura de custos e capacidade de autofinanciamento.

TABELA 15 – RÁCIOS ECONÓMICOS DA UTAD 2013-2017

Rátios Económicos	2013	2014	2015	2016	2017
Rendibilidade Operacional das Vendas	-0,286	-0,782	-0,075	-0,519	-0,327
Rendibilidade Líquida das Vendas	-0,043	-0,437	0,307	-0,006	0,055
Rendibilidade do Ativo Total	-0,003	-0,029	0,019	-0,0004	0,004

### Rendibilidade Operacional das Vendas

A Rendibilidade Operacional das Vendas ((RO/(Vendas + Prestação de serviços)) teve uma forte evolução entre 2014 e 2015 pois passou de -78% para -7.5%, o que revelou um aumento muito significativo do ROV da UTAD. A subida foi de 96% que demonstrou efetivamente uma subida vigorosa da redução dos gastos da UTAD. Pode-se observar na demonstração de resultado que os custos operacionais caíram quase 2 milhões de euros.

Ao longo dos cinco anos a UTAD manteve a capacidade de gerar resultados operacionais através do volume de negócios (vendas e prestações de serviços), mantendo-se nos 3 milhões e duzentos mil euros.

Este rácio apresenta valores negativos, o que significa que os gastos operacionais são superiores aos ganhos operacionais, embora apresentem valores aceitáveis, a UTAD deveria ter um travão nos gastos ou aumentar a venda de bens e serviços. Uma das medidas seria ajustar o custo de pessoal com o número de alunos.

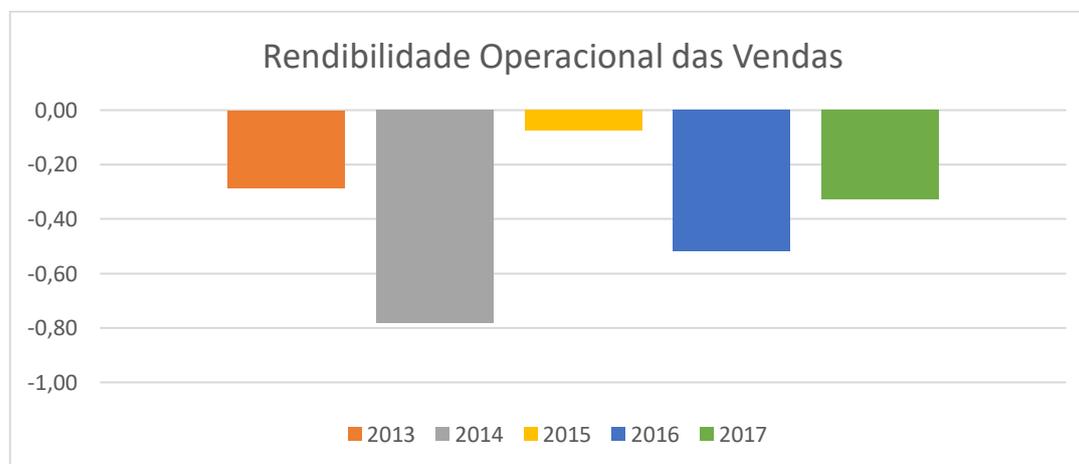


FIGURA 11 - RENDIBILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS

## Rendibilidade Líquida das Vendas

Analisando o gráfico que se segue, facilmente se conclui que a capacidade da UTAD em gerar Resultados Líquidos de negócios com o volume de negócios tornando-se difícil, embora se tenha mantido em 2013 e 2014 negativo, evolui de 2014 para 2015, passando de -44% para 31%, mas em 2016 diminuiu para -0.62%, recuperando em 2017 para 5.46% isto quer dizer que depois de pagos todos os seus custos, encargos financeiros e impostos, a UTAD está numa boa situação económico-financeira.

Importante também referir que a RLV apresenta valores muito maiores que o ROV porque o RL é superior ao RO.

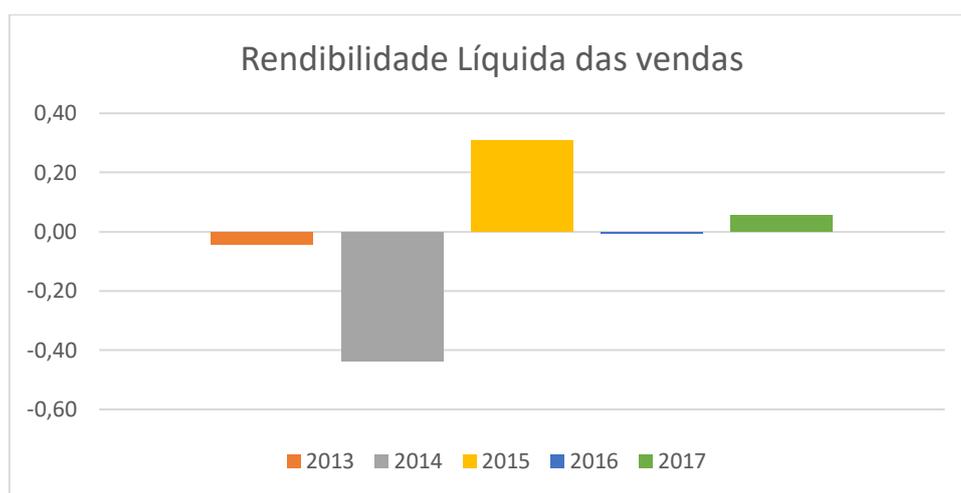


FIGURA 12 - RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS

## Rendibilidade do Ativo Total

Analisando os valores deste rácio verifica-se que a RAT anda muito próxima do valor zero, embora tenha caído de 2013 para 2014, houve uma variação muito positiva em 2015. Daqui se conclui que o lucro ou prejuízo obtido pela UTAD com o Ativo Total a não se revelar preponderante nas suas contas. Traduzindo estas percentagens para valores reais, pode-se dizer que por cada 1.000.000€ investidos a UTAD obteve um valor de -28806€ de rendibilidade em 2014, um valor de 18.600€ em 2015 e como já foi referido um valor pouco significativo de -377€ em 2016 e 4198€ em 2017. Apesar de não ser muito significativo só em 2015 e 2017 a UTAD teve um retorno de “investimento” realizado.

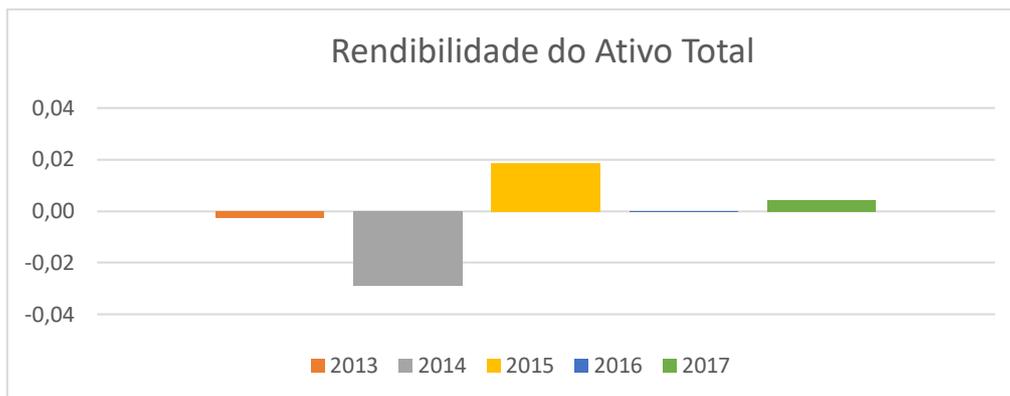


FIGURA 13 - RENDIBILIDADE DO ATIVO TOTAL

#### 6.4.7. RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Estes rácios analisam as relações económico-financeiras integrando grandezas económicas da DR e grandezas do balanço. Para análise no presente estudo apenas irá ser calculada a rendibilidade dos Capitais Próprios, pois é o que melhor se adapta à análise económico-financeira da UTAD.

TABELA 16 - RÁCIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Rácio Económico-financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Rend. Capitais Próprios	-0,00428	-0,04813	0,03107	-0,00063	0,00678

Analisando a Rendibilidade dos Capitais Próprios, leitura que se pode fazer na figura acima apresenta no ano 2015 o maior valor dos 3 anos chegando a ser de 3% e isso deve-se à melhoria do RL do ano de 2014 de -4.8% para 3% de 2015. O RL em 2014 era de -1.148.851,22€ e passa para 996.461,17€ em 2015. A baixa RCP em 2014 deveu-se ao baixo valor da rendibilidade das vendas, assim como em 2016. Em 2015 a subida RCP deveu-se então ao aumento da RV. Em 2017 volta a ter resultados positivos.

#### 6.4.8. RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO OU ATIVIDADE

Os Rácios de Funcionamento ou Atividade permitem uma análise do grau de eficiência da gestão dos ativos pela instituição. De acordo com as especificidades da UTAD será apenas calculada a rotação do ativo que permitirá perceber qual o nível de vendas e serviços gerado pelo investimento realizado.

TABELA 17 – RÁCIO DE FUNCIONAMENTO

Rátios de Funcionamento ou Atividade	2013	2014	2015	2016	2017
Rotação do Ativo	0,060	0,066	0,060	0,061	0,077

Na tabela acima apresentada a RA expõe valores muito próximo em todos os cinco anos em estudo, mas a sua tendência de evolução tem sido sempre a crescer, sendo o maior valor em 2017. A descida deveu-se ao facto de existir um certo aproveitamento dos recursos da UTAD, mas ainda alguma perda de capacidade de gerar vendas com o seu ativo. Os valores reduzidos compreendem-se pelo nível de vendas ser baixo devido à natureza da instituição. As vendas e as prestações de serviços são realizadas de encontro a melhorar a qualidade da sociedade e o meio que a rodeia visando a sua satisfação.

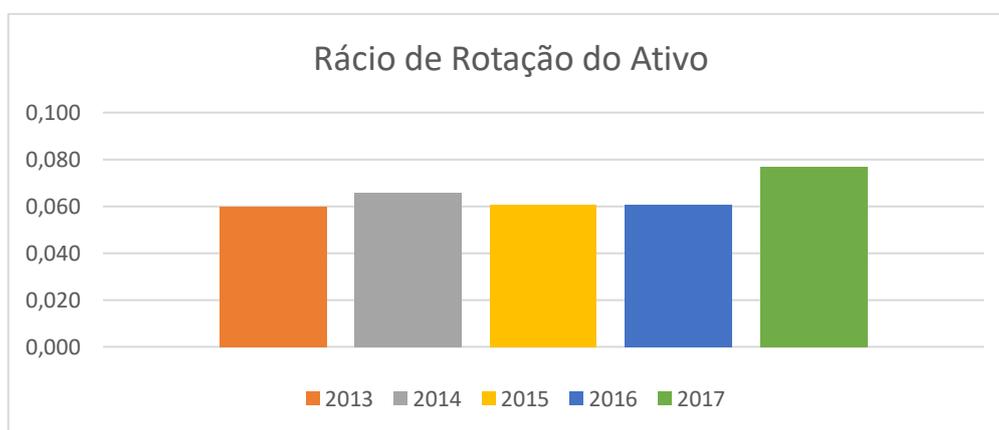


FIGURA 14 - RÁCIO DE ROTAÇÃO DO ATIVO

#### 6.4.9. RÁCIOS DE LIQUIDEZ

Os dados apresentados no quadro que se segue dizem respeito aos rácios de liquidez, os quais permitem determinar a capacidade de uma entidade satisfazer os seus compromissos. Ajudam-nos a perceber qual a situação económico-financeira de um modo a prevenir a situações desfavoráveis e evitar recursos a créditos.

Se o resultado do cálculo do rácio for elevado, maior capacidade terá a instituição ou entidade de satisfazer os seus compromissos, logo menos exposta estará ao risco de incumprimento.

TABELA 18 -RÁCIOS DE LIQUIDEZ

Rácios de Liquidez	2013	2014	2015	2016	2017
Liquidez Geral	0,41	0,28	0,25	0,29	0,25
Liquidez Reduzida	0,41	0,28	0,24	0,29	0,25
Liquidez Imediata	0,15	0,09	0,08	0,15	0,06

### Liquidez Geral

A LG mede a capacidade de uma entidade satisfazer as suas obrigações de curto prazo com os seus ativos circulantes como se pode observar no quadro anterior, a UTAD apresenta valores abaixo da unidade, o que significa que não pode satisfazer plenamente as suas obrigações com os ativos circulantes. Mas também já se percebe que ao longo deste estudo pelo cálculo de outros rácios, que as dívidas da UTAD, são de curto prazo, podendo-se assim dizer que a LG se encontra em valores pouco satisfatórios e reveladores de um momento de cautela em termos económico-financeiro, visto que o ativo corrente tem vindo a diminuir ao longo dos anos.

Como podemos observar a LG tem valores um pouco inferior aos limites aceitáveis, demonstrando assim algumas dificuldades da UTAD satisfazer todas as obrigações para com terceiros utilizando os seus ativos circulantes. A tendência destes valores baixos, prende-se com o facto de o ativo circulante baixo e com tendência a diminuir: 9.076.778,99€ em 2013, 5.770.765,64€ em 2014, 5.350.149,09€ em 2015, 6.295.045,49€ em 2016 e 4.996.458,13€ em 2017, face a um passivo circulante de 21.905.619,68€ em 2013, 20.633.498,03€ em 2014, 21.498.520,45€ em 2015, 21.455.929,63€ em 2016 e 19.835.360,30€ em 2017. É perceptível que o do ativo circulante é muito inferior ao passivo circulante, principalmente nos últimos anos.

Pode-se, deste modo concluir que, tirando o primeiro ano com valores, a LG situa-se na casa dos 0,29 valores em 2016, passando para os 0,25 em 2017. A UTAD começa a revelar algumas dificuldades de tesouraria notando-se também alguma dificuldade em resolver os seus problemas e compromissos para com terceiros, notando-se uma diminuição na facilidade em resolver a suas obrigações de curto prazo utilizando os ativos circulantes.

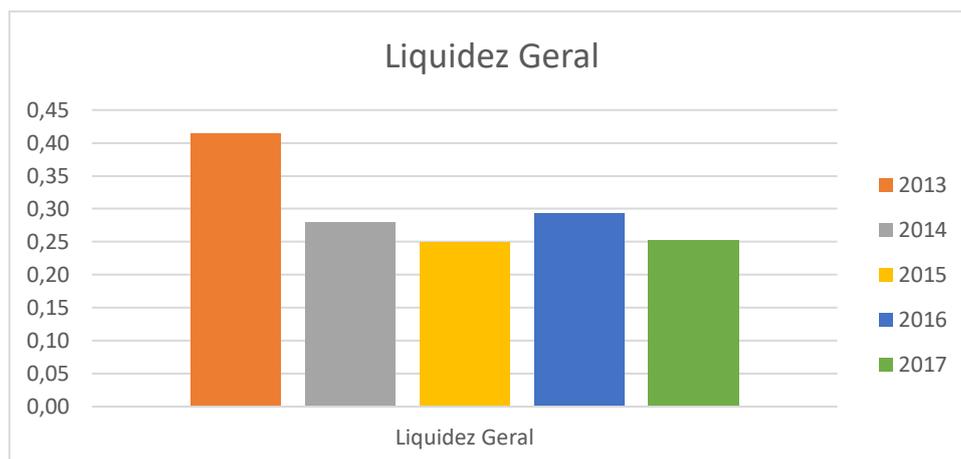


FIGURA 15 - LIQUIDEZ GERAL

### Liquidez Reduzida

O quadro em baixo mencionado traduz que, tal como se verificou na LG, a LR também apresenta valores baixos, um pouco inferiores aos padrões positivos de interpretação do rácio. Este rácio permite, portanto, verificar se entidade tem ou não capacidade para resolver os seus compromissos a curto prazo através da transformação dos ativos correntes em meios monetários. Pode dizer-se que é desejável que estes valores não andem muito longe da LG, sendo que os valores aceitáveis para este rácio, deverão situar-se entre 0,9 e 1,1 como se verificou para o rácio da LG os valores apresentados andam entre os 0,25 e os 0,29, exceto o ano de 2013 que apresenta um valor de 0,41 mais próximo do aceitável. São valores, abaixo do intervalo desejável revelando existência de dificuldades em solver os compromissos de curto prazo. A proximidade da LG e LR revela que a UTAD não tem stocks de elevados custos. A inexistência deste tipo de stocks só significa que o estado económico-financeiro da UTAD estável, também pelo facto do seu ramo de atividade, a compra e venda de produtos, mas sim a prestação de serviços.

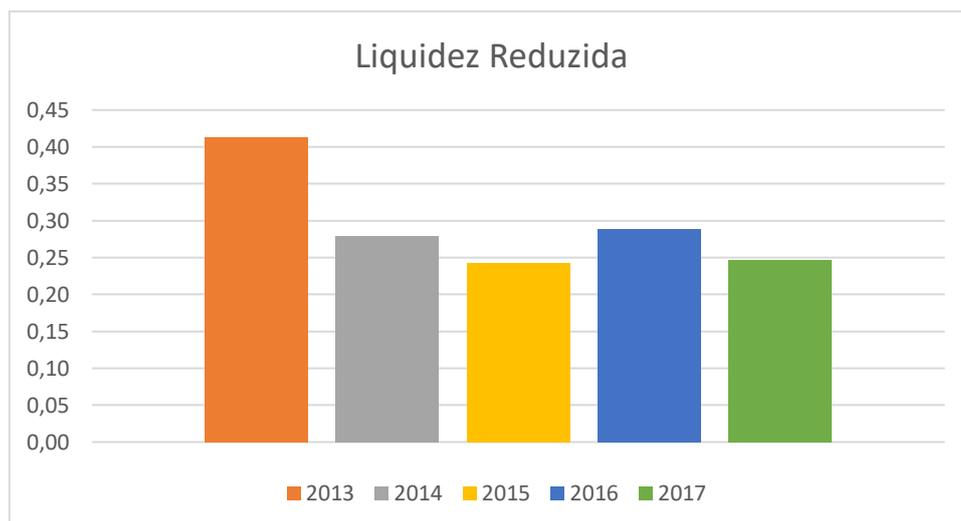


FIGURA 16 - LIQUIDEZ REDUZIDA

### Liquidez Imediata

Como se pode verificar os valores da LI nos 5 anos são muito inferiores aos desejáveis situando-se muito abaixo dos 0.9 o que significa, que embora a situação económico-financeira estável, não está seguramente a aplicar corretamente os fundos de tesouraria, piorando no último ano onde tem o valor de 0.06, um valor muito preocupante. Como estes valores estão muito longe do valor desejado (0.9), pode dizer-se que a UTAD pode ter défice de fundo de maneo líquido nos cinco anos. Pois quando o rácio de LI é superior a 0,9 isto significa que a empresa pode ter excesso de fundo de maneo líquido e uma insuficiente renovação de investimentos.

A figura abaixo demonstra valores que se verificam 0.15 em 2013, em 0.09 em 2014, 0.08 em 2015, 1.15 em 2016 e 0.06 em 2017, existindo por isso dificuldades na aplicação dos fundos. Como se pode verificar os depósitos tem valores razoáveis, mas com tendência a diminuir, 3.293.604,14€ em 2013, 1.936.682,13€ em 2014, 1.682.479,83€ em 2015, 3.266.189,32 em 2016 e 1.273.339,15 € em 2017.

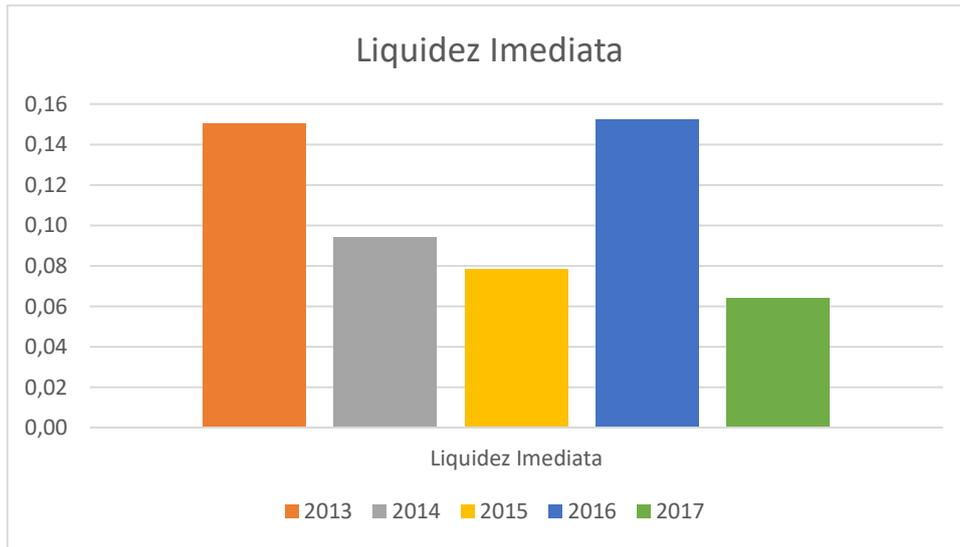


FIGURA 17 - LIQUIDEZ IMEDIATA

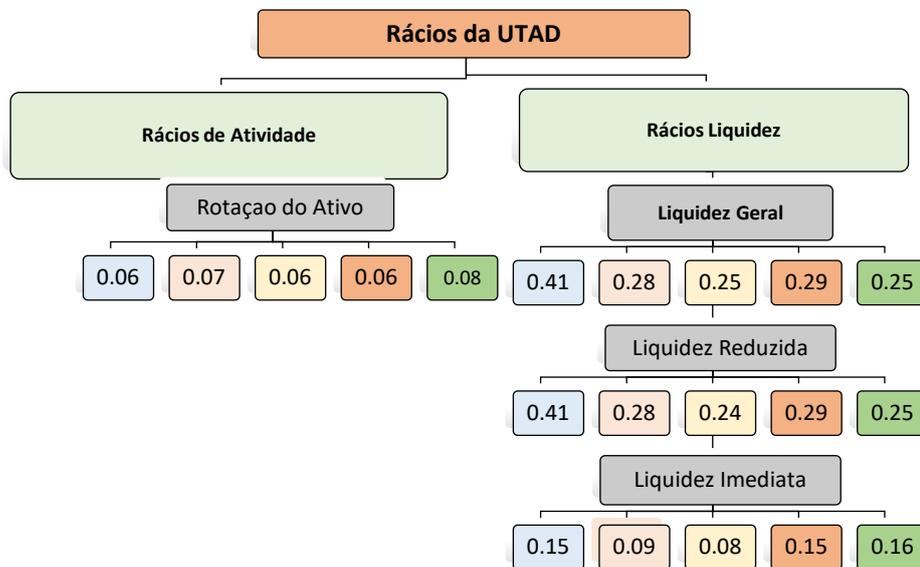
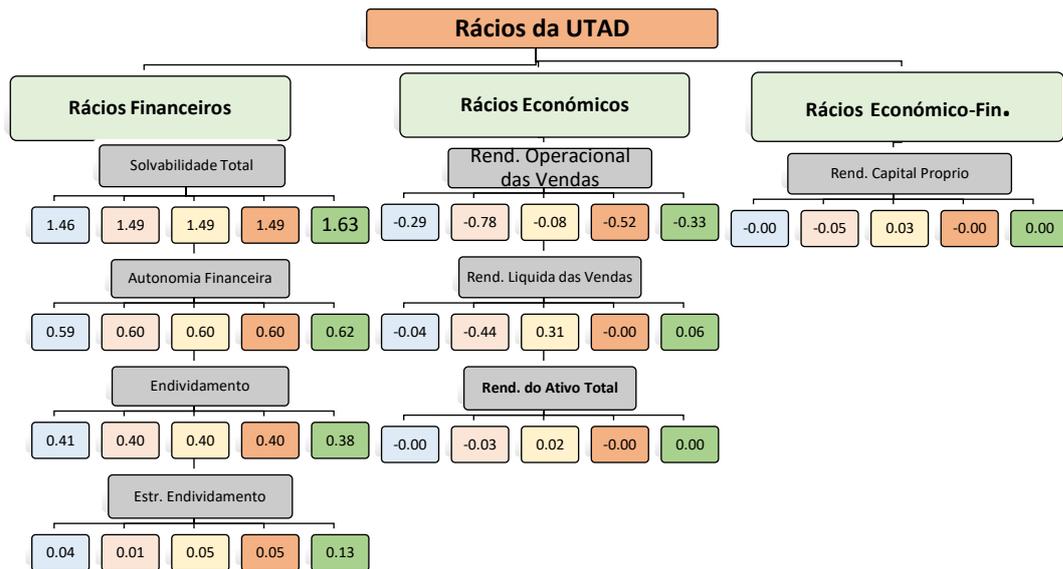


FIGURA 18 - RÁCIOS DA UTAD 2013-2017

Fonte: Elaboração própria

## **7. Análise Económico-Financeira: Resultados**

Este estudo teve como principal objetivo a realização de um diagnóstico financeiro da UTAD 2013-2017.

A análise económico-financeira baseada no balanço e demonstração de resultados permite avaliar o estado do Ativo, Capital Próprio e Passivo assim como calcular os rácios indispensáveis que permitem uma fácil e comparável avaliação da realidade da UTAD.

Da análise económico-financeira realizada podem-se retirar as seguintes conclusões:

A situação económico-financeira da UTAD é positiva e com perspectivas de melhoria nos próximos anos, destacando-se que o Ativo teve uma evolução ao longo dos 5 anos em análise, 3%, facto esse relacionado com o aumento do valor dos edifícios e de outras construções, bem como o registo de 5 pavilhões com um valor atribuído de 259.862,90€ e o registo de existências relacionadas com o armazém localizado no Hospital Veterinário no valor de 57.055,69€. O Passivo tem-se mantido sem grandes evoluções, relacionado com o facto de a UTAD não ter dívidas a instituições de crédito nos 5 anos em análise. Existe uma solidez financeira motivada pela boa gestão de tesouraria. No que diz respeito ao Capital Próprio, este teve um aumento de 1.25%. De realçar o RLE em 2017 ser positivo, o que significa que existe uma ligeira recuperação dos proveitos operacionais em relação face aos custos operacionais.

Os resultados das principais rubricas de DR revelam-se bastante positivos essencialmente nos últimos três anos dos cinco estudados, concluindo-se que há solidez financeira com RO, RF e RC sempre ascendente, e com o RAI e RL com valores reveladores de sucesso destacando-se principalmente aos anos de 2013 e 2014, em que o prejuízo verificado está relacionado com a ocorrência de uma diminuição dos custos imputados aos projetos de investigação.

Este facto, pela aplicação do princípio da especialização dos exercícios, originou a consequente redução da rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos.

Relativamente à Solvabilidade verifica-se uma estabilidade de médio e longo prazo que é permitido pela grande autonomia financeira resultando de um reduzido nível de endividamento que, contudo, é essencialmente de curto prazo.

Quanto à rentabilidade, apresenta valores positivos o que revela uma alta capacidade para gerar resultados que se traduz em rácios de rentabilidade elevados. A rentabilidade do Capital Próprio manteve valores negativos, mas muito perto do zero, iguais aos níveis de RLV que sejam muito idênticos. Estes factos revelam a neutra capacidade da UTAD em gerar resultados líquidos com

volume de negócios, relacionando-se com a natureza da instituição que é apenas servir a comunidade e não visar o lucro.

Pela análise dos valores da RA é perceptível que existe um certo desaproveitamento dos recursos da UTAD assim como a perda da capacidade de gerar vendas com o seu ativo. Os valores reduzidos compreendem-se pelo facto de os níveis de vendas ser baixo na medida em que estas são apenas uma atividade extra da UTAD já que vende serviços e bens apenas para servir a comunidade.

Em relação á liquidez, conclui-se que a RL e LR apresentam valores razoáveis e um pouco abaixo dos valores de referência. A UTAD mostra algumas dificuldades de tesouraria não conseguindo facilmente utilizar as suas aplicações de curto prazo para fazer face aos compromissos correntes ( $LG; LR; LT < 1$ ).

Obtenção dos resultados através da utilização dos diversos instrumentos de análise permite concluir que estes cinco anos em estudo revelam uma estável situação económico-financeira, mas com alguns sinais de preocupação.

Terminada a análise económico financeira da UTAD é importante referir que é fundamental tratar dados de uma forma conjunta, relacionando-os, percebendo a influência que determinados rácios têm no comportamento dos outros, principalmente no que se refere a cinco áreas essenciais de análise. Rentabilidade, risco, liquidez, equilíbrio financeiro e solvabilidade.

Destaca-se ainda o facto da análise não se esgotar nas medidas e indicadores espelhados ao longo deste estudo de caso, sendo mesmo, aconselhável que, perante determinados objetivos específicos dos estudos a efetuar se recorra a indicadores adicionais capazes de complementar a análise.

Assim, a análise financeira da UTAD e a elaboração do respetivo diagnóstico económico-financeiro, carecem de cuidados que começam na recolha e tratamento de informação revelante, e terminam nas conclusões retiradas da sistematização daquela informação. Como se sabe e porque não se trata de uma ciência exata, deve salientar-se que todos os cuidados isentam a análise financeira de eventual subjetividade inerente ao julgamento do individuo que a leva a cabo.

## Notas Conclusivas

Em jeito de conclusão, no que diz respeito ao percurso profissional apresentado, importa salientar, que cada pessoa traça o seu percurso, consoante as opções que toma. Estas foram as tomadas por mim quer ao nível curricular, quer ao nível profissional. Os quinze anos posteriores ao término da licenciatura em Economia, foram anos de muito trabalho e aprendizagem. Reconheço, sem dúvida alguma, que para a situação profissional atual em que me encontro, foram essenciais os cinco anos da Licenciatura em Economia e a Pós-Graduação em Fiscalidade, Contabilidade e Auditoria na Universidade Lusíada.

O percurso profissional que segui foi o que escolhi, não por escassas opções, mas por paixão pela área da contabilidade, tendo em vista a docência, a formação e cargos de administração. Até ao momento, o percurso profissional alcançado não me fez sentir totalmente realizado, pois ainda me encontro no início de um longo caminho, dado que para evoluir estou consciente que terei de mudar hábitos e rotinas de forma a desenvolver os meus conhecimentos e assim alcançar os referidos objetivos profissionais.

Em todas estas áreas tenho estabelecido e alcançado alguns objetivos ambiciosos com maior ou menor dificuldade, mas, acima de tudo, a carreira exigiu de mim muita dedicação e profissionalismo.

Atendendo à informação constante nos capítulos 2,3,4,5 e 6 pode concluir-se que a análise financeira se revela fundamental para os profissionais da área da contabilidade e finanças em particular na tomada de decisão dos gestores financeiros.

Foi preponderante a utilização dos diversos instrumentos de análise financeira no sentido de fazer uma correta avaliação de dois documentos contabilísticos de essencial importância: o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Para elaborar uma análise mais fidedigna e precisa do estado económico-financeiro da UTAD, foram utilizados um conjunto de rácios e indicadores, que quando analisados e inter-relacionados se revelam bastante úteis. Utilizando os rácios de cálculo do risco, conseguiu-se também completar a análise e perceber o risco económico, financeiro e global da UTAD nos cinco anos em análise.

Após um extenso e árduo trabalho de pesquisa para a realização deste relatório, e finda a sua elaboração, pode concluir-se que o objetivo de fazer um diagnóstico económico-financeiro permitiu aplicar toda a revisão de literatura abordada ao longo do presente relatório a um

contexto empírico. Escolhi a UTAD por ser a minha entidade patronal, dado que tenho particular interesse em perceber o estado económico-financeiro da entidade na qual laboro.

O enfoque deste estudo de caso visou avaliar a UTAD no quinquénio (2013-2017). O ano 2017 ainda foi possível de ser objeto de análise deste relatório, com muito esforço, pois o fecho deste ano e a abertura do ano 2018. Este ano revela particular interesse dado que coincidiu com a implementação do SNC-AP no qual encontramos inúmeras dificuldades, e só com muito trabalho é que se consegui prestar contas de 2017 e colocar em marcha o novo e complexo SNC-AP. Assim sendo, a última prestação de contas apresentada pela UTAD foi divulgada em 30 junho de 2018 e já tinha em vista também o enquadramento no novo regime, ou seja, a prestação de contas foi elaborada no horizonte temporal com dois planos contabilísticos, o POCP e SNC-AP. Face a esta alteração da legislação, à data de elaboração deste relatório foi possível ter acesso aos relatórios de contas referentes aos anos de 2013 e 2017.

As conclusões sobre a situação económico-financeira da UTAD encontram-se espelhadas no ponto 6. do presente relatório, pelo que se tornaria repetitivo referi-las nas notas conclusivas finais do relatório.

Chegado ao fim deste relatório gostaria de dizer que, num cenário de crise económico-financeira, bem como de grandes dificuldades sociais, é fundamental perceber que, a UTAD sendo uma instituição de utilidade pública, que promove o Ensino Público em Portugal, se encontra financeiramente com algumas dificuldades de momento, como a economia mundial em geral e a Portuguesa em particular, deverá então começar a olhar para nova estratégia de servir a comunidade.

## Referências Bibliográficas

- Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de julho. *Diário da República nº 172/1992, Série I-A*. Ministério das Finanças, Lisboa
- Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. *Diário da República nº 178/2015, Série I* Ministério das Finanças, Lisboa
- Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro. *Diário da República nº 203/1997, Série I-A*. Ministério das Finanças, Lisboa
- Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro. *Diário da República nº 268/1989, 1º Suplemento, Série I*. Ministério das Finanças, Lisboa
- Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março. *Diário da República n.º 60/2006, Série I-A*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa
- Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro. *Diário da República nº 243/2016, Série I* Ministério da Economia, Lisboa
- Demerjian, P. (2007). “Financial Ratios and Credit Risk: The Selection of Financial Ratio Covenants in Debt Contracts”. Stephen M. Ross School of Business, University of Michigan
- Felício, J., Cantiga, J. (1996). *Gestão Financeira – Dominar a tesouraria*. Lisboa: IAPMEI.
- Fernandes, C., Peguinho, C., Viera, E., Neiva, J., (2012), “Análise Financeira”. (3.ª Edição) Lisboa: Edições Sílabo.
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., (2012). “Relato Financeiro Interpretação e Análise”. Porto: Publicações Vida Económica-Editorial, S.A.
- Haskins, E., (2002). “Ratios tell a story”. Darden Business Publishing, University of Virginia
- Lei nº 6/91, de 20 de fevereiro. *Diário da República nº 42/1991, Série I-A*. Assembleia da República, Lisboa
- Lei nº 8/90, de 20 de fevereiro. *Diário da República nº 43/1990, Série I-A*. Assembleia da República, Lisboa
- Martins, António (2002) “Introdução à análise financeira de Empresas”. Vida Económica. Portugal
- Matarazzo, D. (2010). “Análise Financeira de Balanços - Abordagem Gerencial” 7ª Edição: ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Meneses, H. (1987). “Princípios de Gestão Financeira”. Lisboa: Editorial Presença.
- Moreira, J. (1997). “Análise Financeira de Empresas - da teoria à prática”. Porto: Associação da Bolsa de Derivados do Porto.
- Nabais, C., Nabais, F. (2011), “Prática Financeira I”. (6.ª Edição) Lisboa: Lidel - Edições Técnicas.
- Neves, H., Rodrigues J., (2007). “O Controlo de Gestão - ao serviço da estratégia e dos gestores”. (7ª Edição), Porto: Áreas Editora.
- Neves, J. (2007). “Análise Financeira – Técnicas Fundamentais”. Lisboa: Texto Editora.
- Pinto, A., Moutinho, A., Pais, C., Areosa, J., Correia, L., Graça, M., Freire, M., Fernandes, O., Barata, P., Dias, P., Reis, P., Pontes, S., Casado, T., Nascimento, V. (2008), “Normas Internacionais de Contabilidade: Aplicação prática das normas internacionais de relato financeiro em Portugal”. Lisboa: CTOC – Bloco Formativo I.
- Teixeira, A. (2016). *A Contabilidade de Gestão na Administração Pública, Uma Evolução Sustentada*
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2013). *Relatório de Contas..* Acedido em 2, junho, 2018, em: [www.utad.pt](http://www.utad.pt)
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2014) *Relatório de Contas..* Acedido em 2, junho, 2018, em: [www.utad.pt](http://www.utad.pt)
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2015) *Relatório de Contas..* Acedido em 2, junho, 2018, em: [www.utad.pt](http://www.utad.pt)
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2016) *Relatório de Contas..* Acedido em 2, junho, 2018, em: [www.utad.pt](http://www.utad.pt)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2017) *Relatório de Contas*.. Acedido em 2, junho, 2018, em: [www.utad.pt](http://www.utad.pt).

# **Anexos**



## ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTAD - 2013



### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1 BALANÇO

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2013		2012	
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	361,87	361,87	-	-
431	Despesas de Instalação	35.131,91	35.131,91	-	-
		<b>37.813,19</b>	<b>37.813,19</b>	-	-
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	51.121.205,51	12.921.291,62	38.199.913,89	28.998.194,68
423	Equipamento e material básico	26.753.481,35	22.743.826,54	4.009.654,81	2.636.876,76
424	Equipamento de transporte	115.644,45	62.462,04	53.182,41	-
425	Ferramentas e Utensílios	86.803,39	82.235,48	4.567,91	2.166,81
426	Equipamento administrativo	5.411.633,08	5.275.002,52	136.630,56	102.110,58
429	Outras imobilizações corpóreas	1.151.495,31	155.971,20	995.524,11	981.677,16
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	423.460,25	-	423.460,25	-
448	Adiant. p/ conta de Imob. Corpóreas	-	-	-	-
		<b>85.943.687,75</b>	<b>41.240.789,40</b>	<b>44.702.898,35</b>	<b>33.600.990,40</b>
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias Primas e Subsidiárias	21.649,20	-	21.649,20	19.599,63
		<b>21.649,20</b>	-	<b>21.649,20</b>	<b>19.599,63</b>

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2013		2012	
		AB	AP	AL	AL
	<b>Dívidas de terceiros-curto prazo</b>				
211	Clientes c/c	1.351.219,82	-	1.351.219,82	908.895,75
212	Alunos c/c	1.175.427,63	-	1.175.427,63	2.989.975,23
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	2.100.754,69	2.100.754,69	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	1.378,93	-	1.378,93	8.954,58
24	Estado e outros entes públicos	518.500,28	-	518.500,28	311.375,50
26	Outros devedores	81.931,94	17.500,00	64.431,94	6.301,82
		<b>5.229.213,29</b>	<b>2.118.254,69</b>	<b>3.110.958,60</b>	<b>4.225.502,88</b>
	<b>Depósitos em inst. financeiras e caixa</b>				
13	Contas no tesouro	2.868.835,64	-	2.868.835,64	2.431.390,15
12	Depósito em instituições financeiras	417.558,70	-	417.558,70	424.520,94
11	Caixa	7.209,80	-	7.209,80	4.619,07
		<b>3.293.604,14</b>	<b>-</b>	<b>3.293.604,14</b>	<b>2.860.530,16</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	2.650.193,62	-	2.650.193,62	41.940,35
272	Custos Diferidos	373,43	-	373,43	7.722,84
		<b>2.650.567,05</b>	<b>-</b>	<b>2.650.567,05</b>	<b>49.663,19</b>
	<i>Total das amortizações</i>		<b>41.278.602,59</b>		
	<i>Total de provisões</i>		<b>2.118.254,69</b>		
	<b>Total do ativo</b>	<b>97.176.534,62</b>	<b>43.396.857,28</b>	<b>53.779.677,34</b>	<b>40.756.286,26</b>

Código das Contas POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
<b>Fundos próprios</b>			
51	Património	31.081.952,21	21.155.225,22
		<b>31.081.952,21</b>	<b>21.155.225,22</b>
571 a 574	Reservas		
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(9.229,66)
577	Reservas decorrentes de transf. ativos	-	-
		<b>10.647,44</b>	<b>10.647,44</b>
59	Resultados transitados	917.838,65	4.108.751,35
88	Resultado líquido do exercício	(136.380,64)	(108.416,45)
		<b>(781.458,01)</b>	<b>4.000.334,90</b>
<b>Total dos fundos próprios</b>		<b>31.874.057,66</b>	<b>25.166.207,56</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>			
221	Fornecedores c/c	275.417,72	46.395,54
261	Fornecedores de Imobilizado	16.272,60	3.671,43
24	Estado e outros entes públicos	491.486,01	370.342,53
Outros credores		29.339,32	5.222,65
		<b>812.515,25</b>	<b>425.632,15</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
273	Acréscimos de Custos	5.142.763,67	3.065.424,04
274	Proveitos diferidos	15.950.340,70	12.099.022,51
		<b>21.093.104,37</b>	<b>15.164.446,55</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>21.905.619,62</b>	<b>15.590.078,70</b>
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>		<b>53.779.677,28</b>	<b>40.756.286,26</b>

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das Contas POCF	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2013		2012	
61	Custo merc. vendidas matérias consumidas				
	Mercadorias	-	-	-	-
	Matérias	569.028,48	569.028,48	510.958,85	510.958,85
62	Fornecimentos e serviços externos	7.226.327,91		6.482.888,64	
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	31.008.265,53		27.450.219,56	
643 a 648	Encargos sociais	6.648.550,56		5.022.617,11	
63	Transf.correntes conc. e prest.sociais	1.679.191,13	47.131.363,61	1.301.014,34	40.767.698,50
66	Amortizações do exercício	2.170.479,98		1.937.155,17	
67	Provisões do exercício	936.108,94	3.106.588,92	124.446,38	2.061.601,55
65	Outros custos e perdas operacionais	189.045,59	189.045,59	67.465,48	67.465,48
	<b>(A)</b>		<b>50.426.998,12</b>		<b>42.896.765,53</b>
68	Custos e perdas financeiras		31.922,68		56.397,67
	<b>(C)</b>		<b>50.458.920,80</b>		<b>42.953.163,20</b>
69	Custos e perdas extraordinários		197.301,38		1.561.676,98
	<b>(E)</b>		<b>50.656.222,18</b>		<b>44.514.840,18</b>
	Resultado líquido do exercício		(136.380,64)		(108.416,45)
			<b>50.519.841,54</b>		<b>44.406.423,73</b>

Código das Contas POCF	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2013	2012
711	Vendas	551.344,54	288.755,88
712	Prestação de serviços	2.656.129,51	3.207.474,05
72	Impostos e taxas	8.192.525,23	3.109.506,25
73	Proveitos suplementares	216.900,32	8.772.137,99
	Transferências e subsídios correntes obtidos		222.319,68
741	Transferências - tesouro	-	-
742+743	Outras	37.890.711,73	30.926.483,78
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	46.300.137,28	- 39.920.941,45
	(B)	49.507.611,33	43.319.203,58
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.628,73	17.730,15
	(D)	49.509.240,06	43.336.933,73
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.010.601,48	1.069.490,00
	(F)	50.519.841,54	44.406.423,73
<b>Resumo:</b>			
	Resultados Operacionais: (B)-(A)=	(919.386,79)	422.438,05
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=	(30.293,95)	(38.667,52)
	Resultados Correntes: (D)-(C)=	(949.680,74)	383.770,53
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=	(136.380,64)	(108.416,45)



## ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTAD – 2014



### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1 BALANÇO

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2014		2013	
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	361,87	361,87	-	-
431	Despesas de Instalação	35.131,91	35.131,91	-	-
		<b>37.813,19</b>	<b>37.813,19</b>	-	-
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	51.174.246,29	13.789.090,03	37.385.156,26	38.199.913,89
423	Equipamento e material básico	29.307.680,05	23.723.134,64	5.584.545,41	4.009.654,81
424	Equipamento de transporte	115.644,45	69.029,58	46.614,87	53.182,41
425	Ferramentas e Utensílios	75.593,78	72.223,05	3.370,73	4.567,91
426	Equipamento administrativo	5.367.778,17	5.145.464,87	222.313,30	136.630,56
429	Outras imobilizações corpóreas	1.170.755,16	156.121,80	1.014.633,36	995.524,11
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	487.128,34	-	487.128,34	423.460,25
448	Adiant. p/ conta de Imob. Corpóreas	-	-	-	-
		<b>88.578.790,65</b>	<b>42.955.063,97</b>	<b>45.623.726,68</b>	<b>44.702.898,35</b>
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias Primas e Subsidiárias	24.171,04	-	24.171,04	21.649,20
		<b>24.171,04</b>	<b>-</b>	<b>24.171,04</b>	<b>21.649,20</b>

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2014		2013	
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros- curto prazo				
211	Clientes c/c	721.994,78	-	721.994,78	1.351.219,82
212	Alunos c/c	1.261.926,27	-	1.261.926,27	1.175.427,63
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	3.918.284,40	3.918.284,40	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	5.624,86	-	5.624,86	1.378,93
24	Estado e outros entes públicos	577.658,83	-	577.658,83	518.500,28
26	Outros devedores	28.880,11	17.500,00	11.380,11	64.431,94
		6.514.369,25	3.935.784,40	2.578.584,85	3.110.958,60
	Depósitos em inst. financeiras e caixa				
13	Contas no tesouro	1.393.327,84	-	1.393.327,84	2.868.835,64
12	Depósito em instituições financeiras	536.988,16	-	536.988,16	417.558,70
11	Caixa	6.366,13	-	6.366,13	7.209,80
		1.936.682,13	-	1.936.682,13	3.293.604,14
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.766.974,03	-	1.766.974,03	2.650.193,62
272	Custos Diferidos	40.154,65	-	40.154,65	373,43
		1.807.128,68	-	1.807.128,68	2.650.567,05
	Total das amortizações		42.992.877,16		
	Total de provisões		3.935.784,40		
	Total do ativo	98.898.954,94	46.928.661,56	51.970.293,38	53.779.677,34

Código das Contas POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	31.081.952,21	31.081.952,21
		31.081.952,21	31.081.952,21
571 a 574	<b>Reservas</b>		
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(9.229,66)
577	Reservas decorrentes de transf. Ativos	-	-
		10.647,44	10.647,44
59	Resultados transitados	1.148.851,22	917.838,65
88	Resultado líquido do exercício	(1.480.456,58)	(136.380,64)
		(331.605,36)	(781.458,01)
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>30.760.994,29</b>	<b>31.874.057,66</b>
	<b>Passivo</b>		
	<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>		
221	Fornecedores c/c	48.787,05	275.417,72
261	Fornecedores de Imobilizado	111.896,35	16.272,60
24	Estado e outros entes públicos	648.178,01	491.486,01
	<b>Outros credores</b>	<b>2.196,50</b>	<b>29.339,32</b>
		<b>811.057,91</b>	<b>812.515,25</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de Custos	5.238.936,70	5.142.763,67
274	Proveitos diferidos	15.159.304,48	15.950.340,70
		20.398.241,18	21.093.104,37
	<b>Total do passivo</b>	<b>21.209.299,09</b>	<b>21.905.619,62</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>51.970.293,38</b>	<b>53.779.677,34</b>

#### 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das Contas POCF	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2014		2013	
61	Custo merc. vendidas matérias consumidas				
	Mercadorias	-	-	-	-
	Matérias	580.871,75	580.871,75	569.028,48	569.028,48
62	Fornecimentos e serviços externos	6.746.293,22		7.226.327,91	
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	30.285.027,29		31.008.265,53	
643 a 648	Encargos sociais	7.516.188,03		6.648.550,56	
63	Transf.correntes conc. e prest.sociais	4.065.333,76	49.193.714,05	1.679.191,13	47.131.363,61
66	Amortizações do exercício	2.300.625,13		2.170.479,98	
67	Provisões do exercício	689.262,02	2.989.887,15	936.108,94	3.106.588,92
65	Outros custos e perdas operacionais	76.879,99	76.879,99	189.045,59	189.045,59
	(A)		52.260.481,19		50.426.998,12
68	Custos e perdas financeiras		27.086,22		31.922,68
	(C)		52.287.567,41		50.458.920,80
69	Custos e perdas extraordinários		159.269,45		197.301,38
	(E)		52.446.836,86		50.656.222,18
	Resultado líquido do exercício		(1.480.456,58)		(136.380,64)
			50.966.380,28		50.519.841,54

Código das Contas POCF	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios			
		2014		2013	
711	Vendas	642.480,22		551.344,54	
712	Prestação de serviços	2.743.637,62	3.386.117,84	2.656.129,51	3.207.474,05
72	Impostos e taxas	8.132.842,19		8.192.525,23	
73	Proveitos suplementares	268.415,90		216.900,32	
	Transferências e subsídios correntes obtidos				
741	Transferências - tesouro	-		-	
742+743	Outras	37.823.917,86		37.890.711,73	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	46.225.175,95	-	46.300.137,28
	(B)	49.611.293,79		49.507.611,33	
78	Proveitos e ganhos financeiros	91.225,68		1.628,73	
	(D)	49.702.519,47		49.509.240,06	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.263.860,81		1.010.601,48	
	(F)	50.966.380,28		50.519.841,54	
<b>Resumo:</b>					
Resultados Operacionais: (B)-(A)=		(2.649.187,40)		(919.386,79)	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=		64.139,46		(30.293,95)	
Resultados Correntes: (D)-(C)=		(2.585.047,94)		(949.680,74)	
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=		(1.480.456,58)		(136.380,64)	



## ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTAD – 2015



### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1 BALANÇO

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2015		2014	
		AB	AP	AL	AL
<b>Imobilizado</b>					
<b>Imobilizações incorpóreas</b>					
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	361,87	361,87	-	-
431	Despesas de Instalação	35.131,91	35.131,91	-	-
		<b>37.813,19</b>	<b>37.813,19</b>	-	-
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	54.169.548,56	14.689.313,22	39.480.235,34	37.385.156,26
423	Equipamento e material básico	31.644.968,68	25.045.843,06	6.599.125,62	5.584.545,41
424	Equipamento de transporte	115.644,45	75.597,12	40.047,33	46.614,87
425	Ferramentas e Utensílios	73.769,55	71.462,71	2.306,84	3.370,73
426	Equipamento administrativo	5.369.952,23	5.170.409,26	199.542,97	222.313,30
429	Outras imobilizações corpóreas	1.177.425,51	155.902,61	1.021.522,90	1.014.633,36
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	-	-	-	487.128,34
448	Adiant. p/ conta de Imob. Corpóreas	-	-	-	-
		<b>93.431.273,39</b>	<b>45.208.527,98</b>	<b>48.222.745,41</b>	<b>45.623.726,68</b>
<b>Circulante</b>					
<b>Existências</b>					
36	Matérias Primas e Subsidiárias	28.057,16	-	28.057,16	24.171,04
	Mercadorias	99.228,64	-	99.228,64	-
		<b>127.285,80</b>	-	<b>127.285,80</b>	<b>24.171,04</b>

Código das Contas POCE	ATIVO	Exercícios			
		2015		2014	
		AB	AP	AL	AL
<b>Dívidas de terceiros-curto prazo</b>					
211	Clientes c/c	557.676,89	-	557.676,89	721.994,78
212	Alunos c/c	1.381.301,27	-	1.381.301,27	1.261.926,27
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	4.089.484,48	4.089.484,48	-	-
229	Adiantamentos a fornecedores	2.703,81	-	2.703,81	5.624,86
24	Estado e outros entes públicos	132.418,43	-	132.418,43	1.857,77
26	Outros devedores	20.260,31	17.500,00	2.760,31	11.380,11
		<b>6.183.845,19</b>	<b>4.106.984,48</b>	<b>2.076.860,71</b>	<b>2.002.783,79</b>
<b>Depósitos em inst. financeiras e caixa</b>					
13	Contas no tesouro	1.513.856,37	-	1.513.856,37	1.393.327,84
12	Depósito em instituições financeiras	164.806,97	-	164.806,97	536.988,16
11	Caixa	3.816,49	-	3.816,49	6.366,13
		<b>1.682.479,83</b>	<b>-</b>	<b>1.682.479,83</b>	<b>1.936.682,13</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
271	Acréscimos de proveitos	1.422.593,53	-	1.422.593,53	1.766.974,03
272	Custos Diferidos	40.929,22	-	40.929,22	40.154,65
		<b>1.463.522,75</b>	<b>-</b>	<b>1.463.522,75</b>	<b>1.807.128,68</b>
	<i>Total das amortizações</i>		45.246.371,17		
	<i>Total de provisões</i>		4.106.984,48		
	<b>Total do ativo</b>	<b>102.926.220,15</b>	<b>49.353.325,65</b>	<b>53.572.894,50</b>	<b>51.394.492,32</b>

Código das Contas POCE	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
<b>Fundos próprios</b>			
51	Património	31.081.952,21	31.081.952,21
		<b>31.081.952,21</b>	<b>31.081.952,21</b>
571 a 574	Reservas		
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(9.229,66)
577	Reservas decorrentes de transf. Ativos	-	-
		<b>10.647,44</b>	<b>10.647,44</b>
59	Resultados transitados	(14.686,77)	1.148.851,22
88	Resultado líquido do exercício	996.461,17	(1.480.456,58)
		<b>981.774,40</b>	<b>(331.605,36)</b>
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>32.074.374,05</b>	<b>30.760.994,29</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>			
221	Fornecedores c/c	314.263,45	48.787,05
219	Adiant. De clientes, Alunos e Utentes	158,00	-
261	Fornecedores de Imobilizado	62.663,96	111.896,35
24	Estado e outros entes públicos	570.890,43	72.376,95
	Outros credores	8.575,56	2.196,50
		<b>956.551,40</b>	<b>235.256,84</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
273	Acréscimos de Custos	5.316.856,23	5.238.936,70
274	Proveitos diferidos	15.225.112,82	15.159.304,48
		<b>20.541.969,05</b>	<b>20.398.241,18</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>21.498.520,45</b>	<b>20.633.498,03</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>53.572.894,50</b>	<b>51.394.492,32</b>

#### 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Código das Contas POCF	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2015		2014	
61	Custo merc. vendas matérias consumidas				
	Mercadorias	614.130,29	614.130,29	580.871,75	580.871,75
	Matérias	-	-	-	-
62	Fornecimentos e serviços externos	7.064.426,50		6.746.293,22	
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	29.671.089,68		30.285.027,29	
643 a 648	Encargos sociais	6.852.955,18		7.516.188,03	
63	Transf.correntes conc. e prest.sociais	3.093.322,99	47.295.924,64	4.065.333,76	49.193.714,05
66	Amortizações do exercício	2.535.872,55		2.300.625,13	
67	Provisões do exercício	332.227,70	2.868.100,25	689.262,02	2.989.887,15
65	Outros custos e perdas operacionais	69.520,25	69.520,25	76.879,99	76.879,99
	(A)		50.233.545,14		52.260.481,19
68	Custos e perdas financeiras		28.132,12		27.086,22
	(C)		50.261.677,26		52.287.567,41
69	Custos e perdas extraordinários		386.365,76		159.269,45
	(E)		50.648.043,02		52.446.836,86
	Resultado líquido do exercício		996.461,17		(1.480.456,58)
			51.644.504,19		50.966.380,28

Código das Contas POCF	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2015	2014
711	Vendas	658.136,75	642.480,22
712	Prestação de serviços	2.582.839,70	3.241.156,45
72	Impostos e taxas	8.421.773,67	8.132.842,19
73	Proveitos suplementares	248.480,96	268.415,90
	Transferências e subsídios correntes obtidos		
741	Transferências - tesouro	-	-
742+743	Outras	38.080.449,41	37.823.917,86
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	46.750.704,04
	<b>(B)</b>	<b>49.991.860,49</b>	<b>49.611.293,79</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	6.314,73	91.225,68
	<b>(D)</b>	<b>49.998.175,22</b>	<b>49.702.519,47</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.646.328,97	1.263.860,81
	<b>(F)</b>	<b>51.644.504,19</b>	<b>50.966.380,28</b>
<b>Resumo:</b>			
	Resultados Operacionais: (B)-(A)=	(241.684,65)	(2.649.187,40)
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=	(21.817,39)	64.139,46
	Resultados Correntes: (D)-(C)=	(263.502,04)	(2.585.047,94)
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=	996.461,17	(1.480.456,58)



## ANEXO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTAD – 2016



Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2016  
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

*huck*

### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1 BALANÇO

Código das Contas POC-E	ATIVO	Exercícios			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de Instalação	35.131,91	35.131,91	-	-
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	2.319,41	2.319,41	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	361,87	361,87	-	-
		<b>37.813,19</b>	<b>37.813,19</b>	-	-
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	54.921.352,93	15.633.573,98	39.287.778,95	39.480.235,34
423	Equipamento e material básico	32.072.457,97	26.504.817,36	5.567.640,61	6.599.125,62
424	Equipamento de transporte	115.644,45	82.164,66	33.479,79	40.047,33
425	Ferramentas e Utensílios	75.845,58	70.381,80	5.463,78	2.306,84
426	Equipamento administrativo	5.486.216,07	5.081.387,20	404.828,87	199.542,97
429	Outras imobilizações corpóreas	1.192.013,16	156.125,22	1.035.887,94	1.021.522,90
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	-	-	-	-
		<b>94.743.494,57</b>	<b>47.528.450,22</b>	<b>47.215.044,35</b>	<b>48.222.745,41</b>
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
	<b>Circulante</b>				
32	Mercadorias - Existências	75.244,85	-	75.244,85	99.228,64
36	Matérias-Primas e Subsidiárias	27.041,77	-	27.041,77	28.057,16
		<b>102.286,62</b>	-	<b>102.286,62</b>	<b>127.285,80</b>

Código das Contas POC-E	ATIVO	Exercícios			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
<b>Dívidas de terceiros-curto prazo</b>					
211	Clientes c/c	452.505,96	-	452.505,96	557.676,89
212	Alunos c/c	1.413.470,82	-	1.413.470,82	1.381.301,27
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	3.958.425,14	3.958.425,14	-	-
229	Adiantamentos a Fornecedores	5.991,98	-	5.991,98	2.703,81
24	Estado e outros entes públicos	157.007,86	-	157.007,86	132.418,43
26	Outros devedores	23.896,72	17.500,00	6.396,72	2.760,31
		<b>6.011.298,48</b>	<b>3.975.925,14</b>	<b>2.035.373,34</b>	<b>2.076.860,71</b>
<b>Depósitos em inst. financeiras e caixa</b>					
13	Contas no tesouro	3.133.373,11	-	3.133.373,11	1.513.856,37
12	Depósito em instituições financeiras	128.764,75	-	128.764,75	164.806,97
11	Caixa	4.051,46	-	4.051,46	3.816,49
		<b>3.266.189,32</b>	<b>-</b>	<b>3.266.189,32</b>	<b>1.682.479,83</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
271	Acréscimos de proveltos	863.192,50	-	863.192,50	1.422.593,53
272	Custos Diferidos	28.003,51	-	28.003,51	40.929,22
		<b>891.196,01</b>	<b>-</b>	<b>891.196,01</b>	<b>1.463.522,75</b>
	<i>Total das amortizações</i>	-	-	-	-
	<i>Total de provisões</i>	-	-	-	-
	<b>Total do ativo</b>	<b>105.052.278,19</b>	<b>51.542.188,55</b>	<b>53.510.089,54</b>	<b>53.572.894,50</b>

Código das Contas POC-E	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	31.081.952,21	31.081.952,21
		<b>31.081.952,21</b>	<b>31.081.952,21</b>
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(9.229,66)
577	Reservas decorrentes de transf. Ativos	-	-
		<b>10.647,44</b>	<b>10.647,44</b>
59	Resultados transitados	981.774,40	(14.686,77)
88	Resultado líquido do exercício	(20.214,04)	996.461,17
		<b>961.560,36</b>	<b>981.774,40</b>
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>32.054.160,01</b>	<b>32.074.374,05</b>
	<b>Passivo</b>		
	<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>		
221	Fornecedores c/c	393.839,28	314.263,45
261	Fornecedores de Imobilizado	52.786,59	62.663,96
24	Estado e outros entes públicos	627.205,89	570.890,43
	Outros credores	28.269,65	8.575,56
252	Adiantamentos de Clientes/alunos/utentes	158,00	158,00
		<b>1.102.259,41</b>	<b>956.551,40</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de Custos	5.341.036,02	5.316.856,23
274	Proveitos diferidos	15.012.634,20	15.225.112,82
		<b>20.353.670,22</b>	<b>20.541.969,05</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>21.455.929,63</b>	<b>21.498.520,45</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>53.510.089,64</b>	<b>53.572.895,00</b>

#### 4.1.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Código das Contas POC-E	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2016		2015	
61	Custo merc. vendidas matérias consumidas				
612	Mercadorias	639.225,15	-	614.130,29	-
616	Matérias	-	639.225,15	-	614.130,29
62	Fornecimentos e serviços externos	5.202.232,57	-	7.064.426,50	-
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	30.620.223,57	-	29.671.089,68	-
643 a 646	Encargos sociais	7.274.907,73	-	6.852.955,18	-
63	Transf.correntes conc. e prest.sociais	2.970.922,51	46.068.286,38	3.093.322,99	46.681.794,35
66	Amortizações do exercício	2.727.461,87		2.535.872,55	
67	Provisões do exercício	503.065,09	3.230.526,96	332.227,70	2.868.100,25
65	Outros custos e perdas operacionais	90.130,08	90.130,08	69.520,25	69.520,25
	<b>(A)</b>		<b>50.028.168,57</b>		<b>50.233.545,14</b>
68	Custos e perdas financeiras		37.815,93		28.132,13
	<b>(C)</b>		<b>50.065.984,50</b>		<b>50.261.677,26</b>
69	Custos e perdas extraordinários		374.306,49		386.365,76
	<b>(E)</b>		<b>50.440.290,99</b>		<b>50.648.043,02</b>
	Resultado líquido do exercício		(20.214,04)		996.461,17
			<b>50.420.076,95</b>		<b>51.644.504,19</b>

Código das Contas POC-E	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2016	2015
711	Vendas	613.311,93	658.316,75
712	Prestação de serviços	2.638.083,28	3.251.395,21
72	Impostos e taxas	8.029.716,17	8.421.773,67
73	Proveitos suplementares	109.730,03	248.480,96
	Transferências e subsídios correntes obtidos	-	-
741	Transferências - tesouro	-	-
742+743	Outras	36.948.332,89	38.080.449,41
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	45.087.779,09
	(B)	48.339.174,30	49.991.860,49
78	Proveitos e ganhos financeiros	31.108,58	6.314,73
	(D)	48.370.282,88	49.998.175,22
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.049.794,07	1.646.328,97
	(F)	50.420.076,95	51.644.504,19
<b>Resumo:</b>			
	Resultados Operacionais: (B)-(A)=	(1.688.994,27)	(241.684,65)
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=	(6.707,35)	(21.817,39)
	Resultados Correntes: (D)-(C)=	(1.695.701,62)	(263.502,04)
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=	(20.214,04)	996.461,17



## ANEXO V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS UTAD – 2017

### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1 BALANÇO

Código das Contas POC-E	ATIVO	Exercícios			
		2017		2016	
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de Instalação	2.319,41	2.319,41	-	-
432	Despesas de Invest. E Desenvolvimento	361,87	361,87	-	-
433	Propriedade ind. E outros direitos	35.131,91	35.131,91	-	-
		<b>37.813,19</b>	<b>37.813,19</b>	-	-
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	879.964,41	-	879.964,41	879.964,41
422	Edifícios e outras construções	55.932.357,98	16.586.060,51	39.346.297,47	39.287.778,95
423	Equipamento e material básico	32.362.529,35	27.257.968,32	5.104.561,03	5.567.640,61
424	Equipamento de transporte	115.644,45	88.732,20	26.912,25	33.479,79
425	Ferramentas e Utensílios	71.669,18	66.619,37	5.049,81	5.463,78
426	Equipamento administrativo	5.715.066,31	5.019.202,27	695.864,04	404.828,87
429	Outras imobilizações corpóreas	1.209.221,18	156.055,86	1.053.165,32	1.035.887,94
442	Imob. em curso de imob. Corpóreas	-	-	-	-
		<b>96.286.452,86</b>	<b>49.174.638,53</b>	<b>47.111.814,33</b>	<b>47.215.044,35</b>
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
	<b>Circulante</b>				
32	Mercadorias - Existências	102.040,07	-	102.040,07	75.244,85
36	Matérias-Primas e Subsidiárias	12.595,47	-	12.595,47	27.041,77
		<b>114.635,54</b>	-	<b>114.635,54</b>	<b>102.286,62</b>

M  
R

D

bons

Código das Contas POC-E	ATIVO	Exercícios			
		2017		2016	
		AB	AP	AL	AL
<b>Dívidas de terceiros-curto prazo</b>					
211	Clientes c/c	576.246,95	-	566.396,62	452.505,96
212	Alunos c/c	1.204.039,53	-	1.204.039,53	1.413.470,82
218	Clientes, alunos cobrança duvidosa	4.166.280,43	4.166.280,43	-	-
229	Adiantamentos a Fornecedores	3.036,17	-	3.036,17	5.991,98
24	Estado e outros entes públicos	8.626,26	-	8.626,26	157.007,86
26	Outros devedores	27.168,49	17.500,00	9.668,49	6.396,72
		<b>5.985.397,83</b>	<b>4.183.780,43</b>	<b>1.791.767,07</b>	<b>2.035.373,34</b>
<b>Depósitos em inst. financeiras e caixa</b>					
13	Contas no tesouro	792.046,64	-	792.046,64	3.133.373,11
12	Depósito em instituições financeiras	478.523,42	-	478.523,42	128.764,75
11	Caixa	2.769,09	-	2.769,09	4.051,46
		<b>1.273.339,15</b>	<b>-</b>	<b>1.273.339,15</b>	<b>3.266.189,32</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
271	Acréscimos de proveitos	1.798.865,00	-	1.798.865,00	863.192,50
272	Custos Diferidos	17.851,37	-	17.851,37	28.003,51
		<b>1.816.716,37</b>	<b>-</b>	<b>1.816.716,37</b>	<b>891.196,01</b>
	<i>Total das amortizações</i>	-	-	-	-
	<i>Total de provisões</i>	-	-	-	-
	<b>Total do ativo</b>	<b>105.514.354,94</b>	<b>53.396.232,15</b>	<b>52.108.272,46</b>	<b>53.510.089,64</b>

Mh  
T  
P  
S

Código das Contas POC-E	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
<b>Fundos próprios</b>			
51	Património	31.081.952,21	31.081.952,21
		<b>31.081.952,21</b>	<b>31.081.952,21</b>
575	Subsídios	19.877,10	19.877,10
576	Doações	(9.229,66)	(9.229,66)
577	Reservas decorrentes de transf. Ativos	-	-
		<b>10.647,44</b>	<b>10.647,44</b>
59	Resultados transitados	961.560,36	981.774,40
88	Resultado líquido do exercício	218.752,15	(20.214,04)
		<b>1.180.312,51</b>	<b>961.560,36</b>
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>32.272.912,16</b>	<b>32.054.160,01</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Dívidas a terceiros-curto prazo</b>			
221	Fornecedores c/c	681.025,30	393.839,28
261	Fornecedores de Imobilizado	299.704,93	52.786,59
24	Estado e outros entes públicos	1.351.099,95	627.205,89
	Outros credores	21.031,42	28.269,65
252	Adiantamentos de Clientes/alunos/utentes	0,00	158,00
		<b>2.352.861,60</b>	<b>1.102.259,41</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
273	Acréscimos de Custos	5.270.304,66	5.341.036,02
274	Proveitos diferidos	12.212.194,04	15.012.634,20
		<b>17.482.498,70</b>	<b>20.353.670,22</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>19.835.360,30</b>	<b>21.455.929,63</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>52.108.272,46</b>	<b>53.510.089,64</b>



#### 4.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA



Código das Contas POC-E	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2017		2016	
61	Custo merc. vendidas matérias consumidas				
612	Mercadorias	656.945,07	-	639.225,15	-
616	Matérias	-	656.945,07	-	639.225,15
62	Fornecimentos e serviços externos	6.536.709,39	-	5.202.232,57	-
	Custos com pessoal				
641+642	Remunerações	31.001.884,98	-	30.620.223,57	-
643 a 646	Encargos sociais	7.508.493,40	-	7.274.907,73	-
63	Transf.correntes conc. e prest.socials	3.596.545,94	48.643.633,71	2.970.922,51	46.068.286,38
66	Amortizações do exercício	2.727.821,78		2.727.461,87	
67	Provisões do exercício	417.969,36	3.145.791,14	503.065,09	3.230.526,96
65	Outros custos e perdas operacionais	85.413,71	85.413,71	90.130,08	90.130,08
	<b>(A)</b>		<b>52.531.783,63</b>		<b>50.028.168,57</b>
68	Custos e perdas financeiras		40.878,28		37.815,93
	<b>(C)</b>		<b>52.572.661,91</b>		<b>50.065.984,50</b>
69	Custos e perdas extraordinários		282.841,01		374.306,49
	<b>(E)</b>		<b>52.855.502,92</b>		<b>50.440.290,99</b>
	Resultado líquido do exercício		218.752,15		(20.214,04)
			<b>53.074.255,07</b>		<b>50.420.076,95</b>

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

Código das Contas POC-E	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2017	2016
711	Vendas	897.061,49	613.311,93
712	Prestação de serviços	3.111.705,61	4.008.767,10
72	Impostos e taxas	7.624.413,36	8.029.716,17
73	Proveitos suplementares	96.061,21	109.730,03
	Transferências e subsídios correntes obtidos	-	-
741	Transferências - tesouro	-	-
742+743	Outras	39.489.977,94	36.948.332,89
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	-	47.210.452,51
	(B)	51.219.219,61	48.339.174,30
78	Proveitos e ganhos financeiros	37.688,17	31.108,58
	(D)	51.256.907,78	48.370.282,88
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.817.347,29	2.049.794,07
	(F)	53.074.255,07	50.420.076,95
<b>Resumo:</b>			
	Resultados Operacionais: (B)-(A)=	(1.312.564,02)	(1.688.994,27)
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)=	(3.190,11)	(6.707,35)
	Resultados Correntes: (D)-(C)=	(1.315.754,13)	(1.695.701,62)
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=	218.752,15	(20.214,04)